20 anos RTN

TesouroNacional

Resultado do **Tesouro Nacional**

Vol. 23, N. 1
Janeiro/2017

Brasília, fevereiro de 2017

MINISTRO DA FAZENDA
Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL
Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIOS
Adriano Pereira de Paula
Gildenora Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Morais
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Jucá Maciel
Pricilla Maria Santana

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Felipe Palmeira Bardella

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Fábio Felipe Dáquilla Prates
Fernando Almeida Barbalho
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Karla de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

ARTE
Projeto Gráfico: Viviane Barros
Diagramação: Fernando Cardoso Ferraz e Vitor Henrique Barbosa Fabel

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 23, n. 1 (Janeiro 2017). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central....5
Resultado de Janeiro de 2017 em Relação a Janeiro de 2016....6
Receitas do Governo Central....7
Transferências do Tesouro Nacional....8
Despesas do Governo Central....9
Previdência Social....12
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....13
Receitas do Governo Central....14
Transferências do Tesouro Nacional....15
Despesas do Governo Central....16
Previdência Social....17

Lista de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16....5
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16....6
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16....7
Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16....8
Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16....8
Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16....9
Tabela 1.7 - Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16....10
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16....11

* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16 12
Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural - Resultado Janeiro/17 - Janeiro/16 12
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior 13
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior 14
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior 15
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior 16
Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior 17
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior 17

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Execução de Restos a Pagar 10
Gráfico 2 - Benefícios Emitidos pela Previdência 12
Gráfico 3 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais 15

Boxes desta Edição

Boxe 1 - Despesas do Governo Central apuradas pelo critério "Valor Pago" - Fortalecendo a transparência fiscal 18
Boxe 2 - 20 anos do Resultado do Tesouro Nacional 21

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central

A Preços Correntes

R$ Milhões - Preços Correntes

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	R$ Milhões		Variação			R$ Milhões		Variação		
	Janeiro 2016	Janeiro 2017	Dife-rença	% Nomi-nal	% Real (IPCA)	Dez 16	Jan 17	Dife-rença	% Nomi-nal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	141.198,9	137.363,0	-3.835,9	-2,7%	-7,7%	128.655,3	137.363,0	8.707,7	6,8%	6,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	17.169,3	18.583,2	1.413,9	8,2%	2,7%	34.737,6	18.583,2	-16.154,4	-46,5%	-46,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	124.029,6	118.779,8	-5.249,8	-4,2%	-9,1%	93.917,6	118.779,8	24.862,1	26,5%	26,0%
IV. DESPESA TOTAL	109.194,4	99.812,0	-9.382,4	-8,6%	-13,2%	154.041,6	99.812,0	-54.229,6	-35,2%	-35,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	14.835,2	18.967,8	4.132,6	27,9%	21,4%	-60.123,9	18.967,8	79.091,7	-	-
Tesouro Nacional e Banco Central	23.296,0	32.339,9	9.043,9	38,8%	31,8%	-53.252,0	32.339,9	85.591,9	-	-
Previdência Social (RGPS)	-8.460,8	-13.372,1	-4.911,3	58,0%	50,0%	-6.872,0	-13.372,1	-6.500,2	94,6%	93,9%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	23.455,5	32.478,2	9.022,6	38,5%	31,4%	-53.175,5	32.478,2	85.653,7	-	-
Resultado do Banco Central	-159,5	-138,3	21,3	-13,3%	-17,7%	-76,5	-138,3	-61,8	80,9%	80,2%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-8.460,8	-13.372,1	-4.911,3	58,0%	50,0%	-6.872,0	-13.372,1	-6.500,2	94,6%	93,9%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em janeiro de 2017, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R$ 19,0 bilhões, contra superávit de R$ 14,8 bilhões em janeiro de 2016. Esta evolução é explicada pela redução de R$ 9,4 bilhões (8,6%) na despesa total, parcialmente compensada pela queda de R$ 5,3 bilhões (4,2%) na receita líquida. Em termos reais, a despesa total apresentou redução de 13,2% e a receita líquida apresentou diminuição de 9,1%. A redução das despesas foi influenciada pela redução, a preços correntes, de R$ 11,1 bilhões em Despesas Discricionárias – Todos os Poderes, fruto do processo de organização das contas públicas realizado em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para janeiro de 2017. A redução da receita é explicada, principalmente, pelo recebimento em janeiro de 2016 de R$ 11,1 bilhões referente à maior parte do bônus de outorga da concessão de 29 usinas hidrelétricas, realizada por meio de leilão em novembro de 2015.

Em relação ao mês de dezembro de 2016, também a preços correntes, o resultado primário do Governo Central passou de déficit de R$ 60,1 bilhões para superávit de R$ 19,0 bilhões. Este resultado é explicado pela redução de R$ 54,2 bilhões na despesa total e pela elevação de R$ 24,9 bilhões na receita líquida. A redução na despesa total é explicada, principalmente, pela concentração sazonal de pagamentos em dezembro. Por sua vez, a elevação da receita líquida é explicada, em grande medida, por fatores sazonais que afetam positivamente a arrecadação de janeiro.

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	148.758,7	137.363,0	-11.395,7	-7,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	95.677,7	96.735,7	1.058,0	1,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	28.562,9	26.897,5	-1.665,4	-5,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	24.518,1	13.729,8	-10.788,3	-44,0%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	18.088,5	18.583,2	494,7	2,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	130.670,1	118.779,8	-11.890,4	-9,1%
IV. DESPESA TOTAL	115.040,7	99.812,0	-15.228,7	-13,2%
IV.1 Beneficios Previdenciários	37.476,7	40.269,6	2.792,9	7,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.886,2	24.213,8	1.327,6	5,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	30.239,4	23.212,5	-7.026,9	-23,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	24.438,4	12.116,2	-12.322,2	-50,4%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	15.629,5	18.967,8	3.338,3	21,4%
Tesouro Nacional e Banco Central	24.543,3	32.339,9	7.796,6	31,8%
Previdência Social (RGPS)	-8.913,8	-13.372,1	-4.458,3	50,0%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	24.711,3	32.478,2	7.766,8	31,4%
Resultado do Banco Central	-168,1	-138,3	29,8	-17,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-8.913,8	-13.372,1	-4.458,3	50,0%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de janeiro de 2017, o resultado primário do Governo Central passou de um superávit de R$ 15,6 bilhões em janeiro de 2016 para um superávit de R$ 19,0 bilhões no mesmo mês de 2017, o que representou acréscimo de R$ 3,3 bilhões (21,4%) no resultado. Essa variação decorre da redução em R$ 15,2 bilhões (13,2%) na despesa total parcialmente compensado pela diminuição de R$ 11,9 bilhões (9,1%) da receita líquida.

Dentre os fatores que afetaram a evolução do resultado primário destaca-se a redução real da receita de Concessões e Permissões em R$ 11,6 bilhões (97,1%) devido ao recebimento de R$ 11,1 bilhões em bônus de outorga referente à concessão de 29 usinas hidrelétricas em janeiro de 2016 sem contrapartida em 2017. Houve, em compensação, um aumento de R$ 2,0 bilhões (57,2%) nas receitas de cota-parte de compensações financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo. Em termos reais, a despesa total apresentou redução de 13,2%. A redução das despesas foi influenciada pela redução, de R$ 12,3 bilhões em Despesas Discricionárias – Todos os Poderes, fruto do processo de organização das contas públicas realizado em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para janeiro de 2017. Essa organização permitiu uma redução de R$ 13,0 bilhões no pagamento de Restos a Pagar em janeiro de 2017, na comparação com o mesmo mês do ano anterior (vide página 10).

Receitas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	148.758,7	137.363,0	-11.395,7	-7,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	95.677,7	96.735,7	1.058,0	1,1%
Imposto de Importação	3.131,7	2.595,2	-536,5	-17,1%
IPI	4.202,4	3.738,3	-464,1	-11,0%
Imposto de Renda	44.948,2	46.727,4	1.779,2	4,0%
IOF	3.295,3	2.879,7	-415,6	-12,6%
COFINS	19.969,9	18.853,9	-1.116,0	-5,6%
PIS/PASEP	5.400,4	5.242,3	-158,1	-2,9%
CSLL	12.975,8	14.472,5	1.496,7	11,5%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	529,9	499,5	-30,4	-5,7%
Outras	1.224,2	1.726,9	502,7	41,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	28.562,9	26.897,5	-1.665,4	-5,8%
Urbana	27.981,0	26.312,3	-1.668,7	-6,0%
Rural	581,8	585,2	3,3	0,6%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	24.518,1	13.729,8	-10.788,3	-44,0%
Concessões e Permissões	11.978,5	351,9	-11.626,6	-97,1%
Dividendos e Participações	1,6	60,3	58,7	-
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	938,0	1.025,2	87,2	9,3%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.490,1	5.488,1	1.998,0	57,2%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.180,3	958,6	-221,6	-18,8%
Contribuição do Salário Educação	2.792,2	2.727,5	-64,8	-2,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	495,2	-	-495,2	-100,0%
Operações com Ativos	-	98,5	98,5	-
Demais Receitas	3.642,3	3.019,8	-622,5	-17,1%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita total do Governo Central apresentou redução real de R$ 11,4 bilhões (7,7%), passando de R$ 148,8 bilhões em janeiro de 2016 para R$ 137,4 bilhões em janeiro de 2017. Esse comportamento deveu-se ao acréscimo de R$ 1,1 bilhão (1,1%) na receita administrada pela RFB compensado pela redução de R$ 10,8 bilhões (44,0%) na receita não administrada e decréscimo de R$ 1,7 bilhão na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita administrada pela RFB foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores

- acréscimo de R$ 1,8 bilhão nas receitas de imposto de renda causado principalmente pela alta de R$ 1,4 bilhão (6,7%) no imposto de renda retido na fonte;

- aumento de R$ 1,5 bilhão na arrecadação com CSLL: elevação da receita referente à estimativa mensal do setor financeiro, cuja arrecadação apresentou crescimento real de 21%; e

- decréscimo de R$ 1,1 bilhão (5,6%) na receita da Cofins: decréscimo real de 6,75% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 5,72% no volume de serviços (PMS-IBGE) entre dezembro de 2015 e dezembro de 2016 .

As receitas não administradas pela RFB sofreram redução de R$ 10,8 bilhões (44,0%) quando comparadas a janeiro de 2016. Este resultado se explica, principalmente por:

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.4 - Dividendos e Participações - Brasil - 2016 / 2017		
Discriminação	Janeiro	
	2016	2017
Banco do Brasil	0,0	0,0
BNB	0,0	0,0
BNDES	0,0	0,0
Caixa	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	0,0	0,0
Petrobras	0,0	0,0
Demais	1,6	60,3
Total	1,6	60,3

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

• decréscimo de R$ 11,6 bilhões (97,1%) em concessões e permissões devido ao recebimento de R$ 11,1 bilhões em bônus de outorga referente à concessão de 29 usinas hidrelétricas em janeiro de 2016 sem contrapartida em 2017;

• aumento de R$ 2,0 bilhões (57,2%) nas receitas de cota-parte de compensações financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2017				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.088,5	18.583,2	494,7	2,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.094,3	15.252,6	158,3	1,0%
II.2 Fundos Constitucionais	635,8	635,4	-0,4	-0,1%
Repasse Total	997,1	1.015,7	18,6	1,9%
Superávit dos Fundos	-361,3	-380,3	-19,0	5,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	956,3	934,1	-22,2	-2,3%
II.4 Compensações Financeiras	958,9	1.150,7	191,8	20,0%
II.5 CIDE - Combustíveis	339,1	433,5	94,4	27,8%
II.6 Demais	104,2	176,9	72,8	69,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 494,7 milhões (2,7%), passando de R$ 18,1 bilhões em janeiro de 2016 para R$ 18,6 bilhões em janeiro de 2017. As principais variações no período foram:

- aumento de R$ 158,3 milhões (1,0%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE;

- acréscimo de R$ 191,8 milhões (20,0%) nas Compensações Financeiras.

Despesas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016 / 2017				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	115.040,7	99.812,0	-15.228,7	-13,2%
IV.1 Benefícios Previdenciários	37.476,7	40.269,6	2.792,9	7,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	28.885,4	31.385,4	2.500,0	8,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.591,2	8.884,2	293,0	3,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.886,2	24.213,8	1.327,6	5,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	30.239,4	23.212,5	-7.026,9	-23,2%
Abono e Seguro Desemprego	7.044,7	5.693,4	-1.351,3	-19,2%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.092,0	4.286,5	194,5	4,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	495,2	0,0	-495,2	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	944,7	93,0	-851,7	-90,2%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.119,5	1.069,3	-1.050,2	-49,5%
FUNDEB (Complem. União)	2.624,6	2.615,0	-9,6	-0,4%
Fundo Constitucional DF	86,6	94,6	8,0	9,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	159,7	102,3	-57,4	-36,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	12.201,5	8.981,0	-3.220,4	-26,4%
Demais[1]	470,9	277,2	-193,6	-41,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	24.438,4	12.116,2	-12.322,2	-50,4%
Discricionárias Executivo	23.658,1	11.583,9	-12.074,1	-51,0%
PAC	3.936,6	786,2	-3.150,3	-80,0%
d/q MCMV	611,7	77,9	-533,8	-87,3%
Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
Demais	19.721,5	10.797,7	-8.923,8	-45,2%
Discricionárias LEJU/MPU	780,3	532,2	-248,1	-31,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital[2]	31.292,2	16.349,3	-14.943,0	-47,8%
Outras Despesas de Custeio	25.511,1	15.150,6	-10.360,5	-40,6%
Outras Despesas de Capital	5.781,1	1.198,6	-4.582,5	-79,3%

onte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.
2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Houve decréscimo de R$ 15,2 bilhões (13,2%) nas despesas do Tesouro Nacional em janeiro de 2017 em relação ao mesmo mês do ano anterior. Tal fato é explicado pela redução de R$ 12,3 bilhões (50,4%) nas despesas discricionárias e pela redução de R$ 7,0 bilhões em outras despesas obrigatórias compensados parcialmente por aumentos de R$ 2,8 bilhões (7,5%) nos Benefícios Previdenciários e de R$ 1,3 bilhão (5,8%) nas despesas com Pessoal e Encargos.

A redução dos gastos em Outras Despesas Obrigatórias deveu-se principalmente a:

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2016	2017	Dife-rença	% Real (IPCA)
TOTAL	19.721,5	10.797,7	-8.923,8	-45,2%
Ministério da Saúde	8.407,5	4.500,1	-3.907,4	-46,5%
Ministério da Educação	4.176,7	1.721,2	-2.455,5	-58,8%
Ministério do Desenvolvimento Social	3.138,0	2.613,2	-524,8	-16,7%
Ministério da Defesa	1.265,7	565,9	-699,7	-55,3%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações e Comunicações	408,6	152,1	-256,5	-62,8%
Demais órgãos do Executivo	2.325,1	1.245,2	-1.079,9	-46,4%

- decréscimo de R$ 3,2 bilhões nas despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro, representados principalmente pela redução de R$ 1,0 bilhão (18,7%) nas despesas do PSI, R$ 909,4 milhões (30,8%) nas despesas do PRONAF e R$ 727,4 milhões na Equalização de Investimento Rural e Agroindustrial;

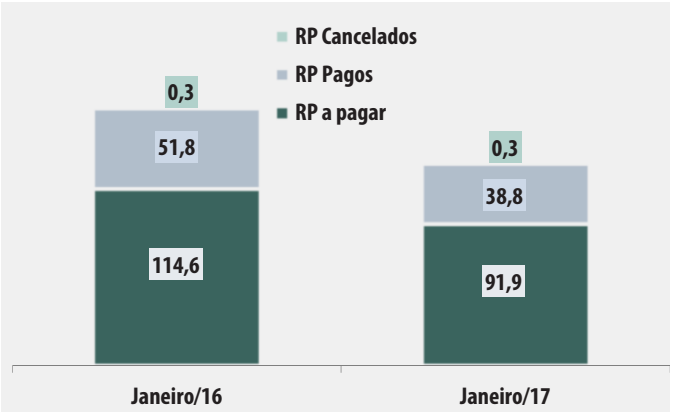
- redução de R$ 1,4 bilhão (19,2%) nas despesas com Abono e Seguro Desemprego, explicada pelo efeito das novas regras de concessão de Abono dadas pela Lei 13.134/2015;

- redução de R$ 1,1 bilhão (49,5%) em Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12 fruto de reversão parcial da desoneração da folha;

- decréscimo de R$ 851,7 (90,2%) nos Créditos Extraordinários (exceto PAC).

A redução dos gastos com Despesas Discricionárias é devida principalmente à redução de R$ 12,1 bilhões (51,0%) em Discricionárias Executivo, dos quais R$ 3,2 bilhões são referentes ao PAC e R$ 9,0 bilhões são referentes a demais despesas, fruto do processo de organização das contas públicas realizado em 2016, que resultou em menor pressão fiscal para janeiro de 2017.

Gráfico 1. Execução de Restos a Pagar (exceto financeiro) -Janeiro de 2016/2017 - R$ Bilhões



O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) em janeiro de 2017 correspondeu a R$ 38,8 bilhões, contra R$ 51,8 bilhões no mesmo período do ano anterior.

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.8 - Subsídios, Subvenções e Proagro - Brasil - 2016/2017				
Discriminação	Janeiro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	6.387,0	4.472,4	-1.914,6	-30,0%
Equalização de custeio agropecuário	1.130,5	1.078,6	-51,9	-4,6%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.890,4	1.163,0	-727,4	-38,5%
Política de preços agrícolas	81,9	35,4	-46,5	-56,8%
Pronaf	2.951,7	2.042,3	-909,4	-30,8%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,3	42,2	41,9	-
Álcool	29,1	25,6	-3,4	-11,8%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	8,2	-10,5	-18,6	-
Funcafé	0,0	12,7	12,7	-
Revitaliza	0,0	9,2	9,2	-
Proagro	295,0	73,9	-221,1	-74,9%
Outros	5.814,5	4.508,6	-1.305,9	-22,5%
Proex	81,1	119,1	38,0	46,8%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.368,3	4.363,2	-1.005,1	-18,7%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,8	3,2	0,3	12,1%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	107,9	0,0	-107,9	-100,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	213,0	0,0	-213,0	-100,0%
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	46,4	23,1	-23,2	-50,1%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,3	0,0	6,3	-100,0%
PNAFE	1,2	0,0	-1,2	-
PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
Total	12.201,5	8.981,0	-3.220,4	-26,4%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R$ 8,9 bilhões em janeiro de 2016 para déficit de R$ 13,4 bilhões em janeiro de 2017, representando uma diferença de R$ 4,5 bilhões, devida principalmente aos seguintes fatores:

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	28.562,9	26.897,5	-1.665,4	-5,8%
Arrecadação Bruta	34.055,4	32.239,2	-1.816,2	-5,3%
Contribuição Previdenciária	28.229,6	27.561,9	-667,7	-2,4%
Simples/Nacional/PAES	3.540,7	3.480,6	-60,1	-1,7%
Refis	10,0	11,0	1,0	9,9%
Depósitos Judiciais	155,7	116,4	-39,3	-25,2%
Compensação RGPS	2.119,5	1.069,3	-1.050,2	-49,5%
(-) Restituição/Devolução	-57,3	-26,2	31,1	-54,2%
(-) Transferências a Terceiros	-5.435,2	-5.315,5	119,8	-2,2%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	37.476,7	40.269,6	2.792,9	7,5%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-8.913,8	-13.372,1	-4.458,3	50,0%

Fonte: Ministério da Previdência Social.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- redução de R$ 1,7 bilhão (5,8%) na arrecadação líquida, explicada pela redução de R$ 667,7 (R$ 2,4%) na contribuição previdenciária, aliada à redução de 1,1 bilhão (49,5%) na compensação do RGPS. A redução da contribuição previdenciária é explicada pela redução real da massa salarial habitual de dezembro de 2016 em relação a dezembro de 2015 (-4,1%); e

- aumento de R$ 2,8 bilhões (7,5%) nos pagamentos de benefícios previdenciários.

.

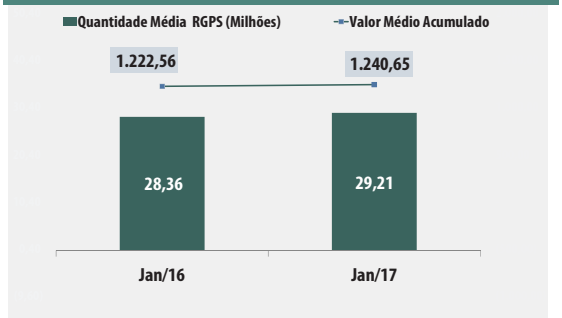
R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 1.10 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Janeiro		Variação	
	2016	2017	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	28.562,9	26.897,5	-1.665,4	-5,8%
Urbano	27.981,0	26.312,3	-1.668,7	-6,0%
Rural	581,8	585,2	3,3	0,6%
BENEFÍCIOS	37.476,7	40.269,6	2.792,9	7,5%
Urbano	28.885,4	31.385,4	2.500,0	8,7%
Rural	8.591,2	8.884,2	293,0	3,4%
RESULTADO PRIMÁRIO	-8.913,8	-13.372,1	-4.458,3	50,0%
Urbano	-904,4	-5.073,1	-4.168,7	460,9%
Rural	-8.009,4	-8.299,0	-289,6	3,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social.
Obs.1: Dados sujeitos a alteração.
Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Gráfico 2. Benefícios Emitidos pela Previdência



Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Janeiro de 2017 (IPCA)

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	2016/2017		Variação	
	Dez 2016	Jan 2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	129.144,2	137.363,0	8.218,7	6,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	70.822,1	96.735,7	25.913,6	36,6%
I.2 Incentivos Fiscais	-153,3	0,0	153,3	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	46.987,4	26.897,5	-20.089,9	-42,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	11.488,1	13.729,8	2.241,7	19,5%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	34.869,7	18.583,2	-16.286,5	-46,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	94.274,6	118.779,8	24.505,2	26,0%
IV. DESPESA TOTAL	154.627,0	99.812,0	-54.815,0	-35,4%
IV.1 Beneficios Previdenciários	53.885,5	40.269,6	-13.615,9	-25,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.596,5	24.213,8	-4.382,8	-15,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.986,3	23.212,5	-773,8	-3,2%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	48.158,7	12.116,2	-36.042,6	-74,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL (FSB) [2]	0,0	0,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-60.352,4	18.967,8	79.320,2	-
Tesouro Nacional e Banco Central	-53.454,4	32.339,9	85.794,3	-
Previdência Social (RGPS)	-6.898,1	-13.372,1	-6.474,1	93,9%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-53.377,6	32.478,2	85.855,8	-
Resultado do Banco Central	-76,7	-138,3	-61,5	80,2%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-6.898,1	-13.372,1	-6.474,1	93,9%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em janeiro de 2017, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 19,0 bilhões, contra déficit de R$ 60,4 bilhões em dezembro de 2016, a preços constantes de janeiro. Esse resultado foi influenciado principalmente por fatores sazonais de ambos os meses, aliados a um bom desempenho da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural em janeiro de 2017.

Receitas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	2016/2017		Variação	
	Dez 2016	Jan 2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	129.144,2	137.363,0	8.218,7	6,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	70.822,1	96.735,7	25.913,6	36,6%
Imposto de Importação	2.564,7	2.595,2	30,4	1,2%
IPI	4.096,4	3.738,3	-358,0	-8,7%
Imposto de Renda	32.934,7	46.727,4	13.792,6	41,9%
IOF	3.146,3	2.879,7	-266,6	-8,5%
COFINS	17.170,0	18.853,9	1.683,9	9,8%
PIS/PASEP	4.571,5	5.242,3	670,8	14,7%
CSLL	4.098,4	14.472,5	10.374,1	253,1%
CPMF	-	-	0,0	-
CIDE Combustíveis	506,6	499,5	-7,1	-1,4%
Outras	1.733,5	1.726,9	-6,6	-0,4%
I.2 Incentivos Fiscais	-153,3	0,0	153,3	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	46.987,4	26.897,5	-20.089,9	-42,8%
Urbana	46.207,6	26.312,3	-19.895,3	-43,1%
Rural	779,8	585,2	-194,6	-25,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	11.488,1	13.729,8	2.241,7	19,5%
Concessões e Permissões	271,5	351,9	80,4	29,6%
Dividendos e Participações	1.086,2	60,3	-1.025,9	-94,5%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.315,1	1.025,2	-289,9	-22,0%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.492,8	5.488,1	3.995,3	267,6%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.528,3	958,6	-569,7	-37,3%
Contribuição do Salário Educação	1.562,9	2.727,5	1.164,5	74,5%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	795,3	-	-795,3	-100,0%
Operações com Ativos	105,3	98,5	-6,7	-6,4%
Demais Receitas	3.330,6	3.019,8	-310,9	-9,3%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em valores atualizados para janeiro de 2017, a receita total do Governo Central apresentou acréscimo de R$ 8,2 bilhões (6,4%), passando de R$ 129,1 bilhões em dezembro para R$ 137,4 bilhões em janeiro. Merecem destaque as seguintes variações:

- acréscimo de R$ 25,9 bilhões nas receitas administradas pela RFB (impostos e contribuições): (i) aumento de R$ 13,8 bilhões (41,9%) no Imposto de Renda, de R$ 10,4 bilhões na CSLL, em função do pagamento da 1ª ou única cota do IRPJ e da CSLL relativo ao resultado do último trimestre de 2016 e da antecipação de recolhimento do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL em janeiro de 2017; (ii) aumento de R$ 1,7 bilhão (9,8%) na arrecadação da COFINS; e

- aumento de R$ 2,2 bilhões (19,5%) nas Receitas Não Administradas pela RFB: (i) aumento de R$ 4,0 bilhões na cota-parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural; (ii) acréscimo de R$ 1,2 bilhão (74,5%) na contribuição do salário educação; compensados por (iii) redução em Dividendos e Participações em R$ 1,0 bilhão (94,5%) e decréscimo de R$ 795,2 milhões no complemento para o FGTS.

Transferências do Tesouro Nacional

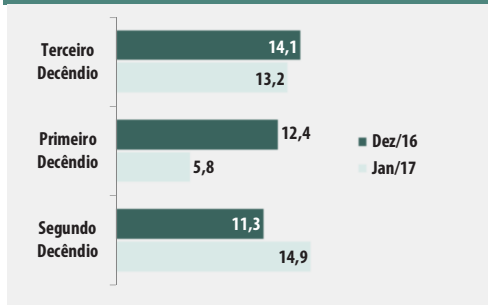
R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2016/2017

Discriminação	2016/2017		Variação	
	Dez 2016	Jan 2017	Diferença	% Real (IPCA)
II . TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	34.869,7	18.583,2	-16.286,5	-46,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	31.563,6	15.252,6	-16.311,0	-51,7%
II.2 Fundos Constitucionais	807,7	635,4	-172,3	-21,3%
Repasse Total	3.374,9	1.015,7	-2.359,2	-69,9%
Superávit dos Fundos	-2.567,2	-380,3	2.186,9	-85,2%
II.3 Contribuição do Salário Educação	915,8	934,1	18,3	2,0%
II.4 Compensações Financeiras	1.449,2	1.150,7	-298,5	-20,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	433,5	433,5	-
II.6 Demais	133,3	176,9	43,6	32,7%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração

Gráfico 3. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2016/2017



Em Janeiro de 2017, as transferências por repartição de receita apresentaram decréscimo de R$ 16,3 bilhões (46,7%), totalizando R$ 18,6 bilhões, contra R$ 34,9 bilhões no mês anterior. Essa redução ocorreu principalmente em FPM/FPE/IPI-EE (R$ 16,3 bilhões, 51,7%), devido em grande medida à trasferência de R$ 11,5 bilhões referentes à receita com multas e ao FPM adicional (Emenda Constitucional nº 55/2007) relativo à arrecadação com a repatriação (RERCT).

Despesas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	2016/2017		Variação	
	Dez 2016	Jan 2017	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	154.627,0	99.812,0	-54.815,0	-35,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	53.885,5	40.269,6	-13.615,9	-25,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	43.465,4	31.385,4	-12.080,0	-27,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	10.420,1	8.884,2	-1.535,9	-14,7%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	28.596,5	24.213,8	-4.382,8	-15,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.986,3	23.212,5	-773,8	-3,2%
Abono e Seguro Desemprego	3.534,6	5.693,4	2.158,8	61,1%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.045,3	4.286,5	241,3	6,0%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	795,3	0,0	-795,3	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	699,9	93,0	-606,9	-86,7%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.117,0	1.069,3	-47,7	-4,3%
FUNDEB (Complem. União)	2.065,0	2.615,0	550,0	26,6%
Fundo Constitucional DF	126,2	94,6	-31,6	-25,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	8.067,3	102,3	-7.965,0	-98,7%
Subsídios, Subvenções e Proagro	345,5	8.981,0	8.635,5	-
Demais[1]	3.190,2	277,2	-2.913,0	-91,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	48.158,7	12.116,2	-36.042,6	-74,8%
Discricionárias Executivo	46.238,5	11.583,9	-34.654,5	-74,9%
PAC	10.164,0	786,2	-9.377,8	-92,3%
d/q MCMV	2.118,2	77,9	-2.040,3	-96,3%
Emissões de TDA	103,4	0,0	-103,4	-100,0%
Demais	35.971,1	10.797,7	-25.173,3	-70,0%
Discricionárias LEJU/MPU	1.920,3	532,2	-1.388,1	-72,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital[2]	64.055,3	16.349,3	-47.706,1	-74,5%
Outras Despesas de Custeio	46.217,6	15.150,6	-31.066,9	-67,2%
Outras Despesas de Capital	17.837,8	1.198,6	-16.639,1	-93,3%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. A rubrica Demais dentro de Outras Despesas Obrigatórias é formada a partir da composição das seguintes despesas: Anistiados, Apoio Fin. EE/MM, Auxílio CDE, Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Convênios, Doações, Fabricação de Cédulas e Moedas, FDA/FDNE, Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00), Reserva de Contingência, Ressarcimento Estados e Municípios Combustíveis Fósseis, Transferências ANA e Transferências Multas ANEEL.
2. Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em Janeiro de 2017, a despesa total do Governo Central alcançou o valor de R$ 99,8 bilhões, representando redução de R$ 54,8 bilhões (35,4%) em relação a dezembro de 2016. Merecem destaque os seguintes itens:

- diminuição de R$ 34,7 bilhões (74,9%) nas discricionárias do executivo;
- decréscimo de R$ 13,6 bilhões em Benefícios Previdenciários; e
- aumento de R$ 8,6 bilhões em subsídios, subvenções e Proagro, devido à sistemática de pagamentos semestrais estabelecida em conformidade com os Acórdãos no 825/2015 e no 3.297/2015 (vide Boxe 1 do RTN de dezembro de 2015), compensado pela redução de 8,0 bilhões (98,7%) em sentenças judiciais e precatórios.

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2016/2017				
Discriminação	2016/2017		Variação	
	Dez 2016	Jan 2017	Diferença	% Real (IPCA)
TOTAL	35.971,1	10.797,7	-25.173,3	-70,0%
Ministério da Saúde	11.959,2	4.500,1	-7.459,1	-62,4%
Ministério da Educação	5.045,4	1.721,2	-3.324,2	-65,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	3.473,8	19,0	-3.454,8	-99,5%
Ministério da Defesa	3.303,6	44,0	-3.259,6	-98,7%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	1.476,6	152,1	-1.324,6	-89,7%
Demais órgãos do Executivo	10.712,5	4.361,3	-6.351,2	-59,3%

Previdência Social

R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2016/2017				
Discriminação	2016/2017		Variação	
	Dez 2016	Jan 2017	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	46.987,4	26.897,5	-20.089,9	-42,8%
Arrecadação Bruta	50.233,7	32.239,2	-17.994,6	-35,8%
Contribuição Previdenciária	45.782,8	27.561,9	-18.220,9	-39,8%
Simples/Nacional/PAES	3.148,22	3.480,55	332,3	10,6%
Refis	176,12	116,43	-59,7	-33,9%
Depósitos Judiciais	9,62	10,96	1,3	14,0%
Compensação RGPS	1.117,00	1.069,32	-47,7	-4,3%
(-) Restituição/Devolução	-176,4	-26,2	150,1	-85,1%
(-) Transferências a Terceiros	-3.070,0	-5.315,5	-2.245,5	73,1%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	53.885,5	40.269,6	-13.615,9	-25,3%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-6.898,1	-13.372,1	-6.474,1	93,9%

Fonte: Ministério da Previdência Social.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em janeiro de 2017, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 13,4 bilhões, contra déficit de R$ 6,9 bilhões em dezembro de 2016. O pagamento de benefícios diminuiu R$ 13,6 bilhões (25,3%), devido, principalmente, ao pagamento, em dezembro, da última parcela do abono referente à gratificação natalina dos segurados e dependentes da Previdência. A arrecadação líquida apresentou diminuição de R$ 20,1 bilhões (42,8%) em virtude da arrecadação das contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos trabalhadores em dezembro.

Boxe 1 –Despesas do governo central apuradas pelo critério "Valor Pago" – Fortalecendo a transparência fiscal

Nessa edição Vol. 23, N.1 do RTN (referente a janeiro de 2017), o Tesouro Nacional inicia a divulgação de dados de execução da despesa primária apurados pelo critério conhecido como "Valor Pago", que corresponde ao registro da despesa no momento da emissão das Ordens Bancárias (OBs) no SIAFI.

Esse critério de apuração possibilita maior detalhamento da despesa pública, pois permite o cruzamento dos parâmetros funcional-programáticos e institucionais (órgão) da estrutura orçamentária, além de proporcionar o acompanhamento mais tempestivo da execução fiscal por meio de portais de transparência que carregam dados do SIAFI em bases diárias. Dessa forma, a iniciativa fortalece a transparência fiscal e enriquece os debates sobre a qualidade do gasto público.

O critério de apuração "Valor Pago" foi estudado e proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF no âmbito do Grupo de Trabalho do Resultado Fiscal – GTFIS, instituído em maio de 2016 por meio da Portaria STN nº 286/2016. O GTFIS tinha como um de seus objetivos a proposição de um novo critério de apuração do Resultado do Tesouro Nacional, utilizando dados contábeis e orçamentários registrados no SIAFI, de forma a viabilizar o acompanhamento da execução fiscal por meio de consultas construídas em portais de transparência que carregam dados do SIAFI. Os trabalhos do GT foram concluídos em dezembro de 2016.

Naquele mesmo mês, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/16), que estabelece o Novo Regime Fiscal – NRF implicou na necessidade de se definir o critério de apuração da despesa primária paga em 2016 para a fixação do limite que vigorará para o exercício de 2017 e também para fins de monitoramento e verificação do cumprimento dos limites de gasto. Haja vista a complexidade relativa a apuração da despesa conforme texto da EC nº 95/16, foi definida em Nota Técnica Conjunta STN/SOF, de 1 de fevereiro de 2017, a adoção do mesmo critério "Valor Pago" para este fim. Conforme texto presente na referida no Técnica:

> *"De fato, o critério de apuração mais adequado a esses objetivos [do NRF] é o critério "Valor Pago", pois se trata de informação oficial disponível na base de dados do SIAFI e nos sistemas gerenciais do Governo Central, além de permitir o cruzamento de todos os parâmetros funcional-programáticos e institucionais (órgão) da estrutura orçamentária, favorecendo os trabalhos de detalhamento e avaliação da despesa de forma tempestiva e transparente. "*

O Valor Pago e o Resultado do Tesouro Nacional

Dado o avanço institucional derivado do trabalho do GTFIS e a necessidade de publicitação do acompanhamento dos limites da EC nº95/16, a partir de fevereiro de 2017, na publicação do RTN referente ao resultado de janeiro de 2017, será disponibilizada uma nova tabela de dados de transferências e despesas (tabelas 1.7 e 1.8 do Anexo RTN) segundo o critério "Valor Pago". Será incluído, como memorando desta tabela, o cálculo da despesa para fins do acompanhamento dos limites previstos na EC nº 95/16.

R$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central, apuradas pelo critério de "valor pago"	
Discriminação	**jan/17**
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.526,1
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.252,6
I.2 Fundos Constitucionais	-204,5
I.3 Contribuição do Salário Educação	934,2
I.4 Compensações Financeiras	1.025,8
I.5 CIDE - Combustíveis	433,5
I.6 Demais	84,4
II. DESPESA TOTAL	98.710,0
II.1 Benefícios Previdenciários	40.943,0
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.653,5
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.831,0
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	12.282,4
Memorando:	
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	116.236,0
IV. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	21.585,9
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	21.414,2
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	151,2
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	13,6
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	6,8
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	94.650,1

Além disto, está previsto para março de 2017, o lançamento do Novo Sistema de Séries Temporais da Secretaria do Tesouro Nacional. Este sistema deverá integrar, de maneira dinâmica, diversas estatísticas produzidas pela STN. Dentre elas, estará presente a base de dados completa das "despesas do Governo Central – Valor Pago", o que permitirá a visualização e o acompanhamento das rubricas de despesa da forma mais desagregada possível e de acordo com múltiplos recortes (por órgão, função, programa, ação, etc) implicando em um avanço em termos de transparência e avaliação do gasto público.

Finalmente, é importante destacar que não haverá alteração nas demais tabelas e quadros estatísticos que compõem o RTN. Em especial, a despesa apurada pelo critério "Pagamento Efetivo" continua sendo a adotada para o cálculo do resultado primário, pois este critério é consistente com a apuração conhecida como "abaixo da linha" (evolução de saldos de ativos e passivos financeiros) em operação pelo Banco Central do Brasil – BCB desde 1991. A tabela a seguir apresenta comparativo entre os critérios de apuração "Valor Pago" e Pagamento Efetivo".

Critério "Valor Pago"	Critério "Pagamento Efetivo"
O conceito de pagamento pela ótica da emissão das OBs é conhecido como critério de "**Valor Pago**". Nesta ótica, a despesa é registrada no momento em que a OB é emitida no SIAFI, o que é mais aderente à disciplina estabelecida pela Lei nº 4.320/64. Nos termos desse normativo, a execução da despesa passa pelas etapas de empenho, liquidação e pagamento. A execução orçamentária do Governo Central segue estritamente esse comando legal, registrando em contas contábeis separadas cada uma das três etapas: (i) emissão do empenho - comprometimento da dotação orçamentária (recursos previstos no Orçamento para aquela despesa) com determinado gasto, já identificados a especificação, o credor e o montante; (ii) liquidação da despesa - consiste no reconhecimento da dívida como líquida e certa, após a verificação das condições contratuais, dentre as quais a prestação do serviço ou a entrega do bem especificado; e (iii) pagamento - quando o ordenador da despesa emite a OB a favor do credor, contra a CTU. O critério de "Valor Pago", além de coincidir com o padrão estabelecido pela norma vigente relativa à elaboração e controle dos orçamentos públicos (Lei nº 4.320/64), apresenta as seguintes vantagens: • Permite o cruzamento dos parâmetros funcional-programáticos e institucionais (órgão) da estrutura orçamentária, favorecendo os trabalhos de detalhamento e avaliação da despesa; • Possibilita a divulgação de informações fiscais com maior tempestividade, haja vista que os registros estão centrados nas transações de execução orçamentária do SIAFI; e • Fortalece a transparência na divulgação de dados fiscais, pois possibilita o acompanhamento diário da execução fiscal por meio de portais de transparência que carregam dados do SIAFI. Importante destacar que, dependendo da natureza da OB, ela pode ser processada no sistema de pagamentos brasileiro em D+0 e D+1. D+0 significa que o saque ocorre no mesmo dia em que a ordem foi emitida. D+1 significa que o saque ocorre no dia seguinte. Desta forma, há um descasamento entre o registro do pagamento pela ótica da emissão de OB's e pela ótica do saque na CTU.	O conceito de pagamento aferido pela ótica do saque das OB's da CTU é conhecido como critério de "**Pagamento Efetivo**". Nesta ótica, a despesa é registrada no momento em que o recurso financeiro é sacado da CTU. O critério de "Pagamento Efetivo" foi desenvolvido pela STN/MF para identificar todas as entradas e saídas de recursos da CTU de forma a se calcular o resultado fiscal pelo método conhecido como "acima da linha" (receitas menos despesas) de maneira consistente com a apuração conhecida como "abaixo da linha" (evolução de saldos de ativos e passivos financeiros) em operação pelo Banco Central do Brasil – BCB desde 1991. Dessa forma, a principal motivação do critério de "Pagamento Efetivo" é minimizar a discrepância entre as duas metodologias acima e abaixo da linha em relação ao cálculo do resultado fiscal, pois o registro da despesa pela ótica do saque tem a grande vantagem de coincidir com a afetação dos saldos da CTU. Por esta razão, é utilizado este critério de apuração no Boletim Resultado do Tesouro Nacional e nos Relatórios Quadrimestrais de Cumprimento de Metas Fiscais. No entanto, esse critério de "Pagamento Efetivo" apresenta algumas restrições por ser apurado em sistema específico denominado "DW Pagamento Efetivo", que se utiliza de uma base documental, diferentemente do SIAFI que tem como base de controle e registro as contas contábeis. Nesse sentido, trata-se de sistema que não é de domínio público, sendo utilizado de forma restrita pela STN para apuração do resultado primário "acima da linha". Além disso, tem o objetivo específico de pesquisar informações financeiras dos documentos de pagamento, como por exemplo as vinculações de pagamentos, as fontes de recursos e a data de saque da Conta Única do Tesouro Nacional no Banco Central. Dessa maneira, o método não possibilita processar diretamente as informações e classificações orçamentárias da despesa e não permite o cruzamento preciso de informações dos gastos com outros parâmetros orçamentários, como indicadores orçamentários (resultado primário, tipo de crédito, etc.), classificação funcional, natureza da despesa, modalidade de aplicação, classificação institucional, dentre outros. Saliente-se ainda que o detalhamento da despesa no conceito "Pagamento Efetivo" não fornece correspondência exata com critérios estabelecidos na EC nº 95. A título de exemplo podem ser citados os créditos extraordinários, cujo indicador orçamentário correspondente no SIAFI é o "tipo de crédito = G e Z" e que não são tratados pelo sistema DW Pagamento Efetivo. As informações de créditos extraordinários constantes no sistema DW restringem-se às despesas pagas com a "vinculação 350", que contempla apenas as despesas discricionárias autorizadas mediante créditos extraordinários. Sabe-se, entretanto, que as despesas abertas por medida provisória (créditos extraordinários) abrangem também diversas despesas obrigatórias, tais como benefícios previdenciários, subsídios e subvenções econômicas.

Boxe 2 – 20 anos do Resultado do Tesouro Nacional

Em 2017 o Tesouro Nacional comemora 20 anos do boletim Resultado do Tesouro Nacional - RTN. Ao longo desse período, o boletim RTN se consolidou como um dos principais instrumentos de acompanhamento da política fiscal do Governo Central. A apuração mensal do resultado do Tesouro Nacional teve início em meados de 1995, no entanto as bases metodológicas alinhadas às melhores práticas internacionais que fundamentam a publicação atual foram aplicadas a partir de janeiro de 1997.

A divulgação mensal do Boletim RTN tem ampla cobertura de mídia e constitui um importante elemento de fortalecimento da transparência fiscal e de controle social da gestão dos recursos públicos. Além do boletim, as estatísticas de receitas, despesas e resultado primário são disseminadas por diversas outras ferramentas que passaram a ser disponibilizadas nesse período. Dentre elas, destacam-se o Sistema Séries Temporais e o Portal Tesouro Transparente.

Ao longo desses 20 anos, o boletim RTN foi constantemente aprimorado, sempre com o firme propósito de fortalecimento da transparência fiscal e de viabilização de estudos e análises sobre a evolução das contas públicas. Nesse processo, foram evidenciadas informações relevantes sobre as finanças públicas federais, ampliando o detalhamento dos dados fiscais e compatibilizando a estrutura de apresentação das estatísticas com as demais peças de gestão orçamentária e financeira. Dentre esses aprimoramentos, pode-se destacar:

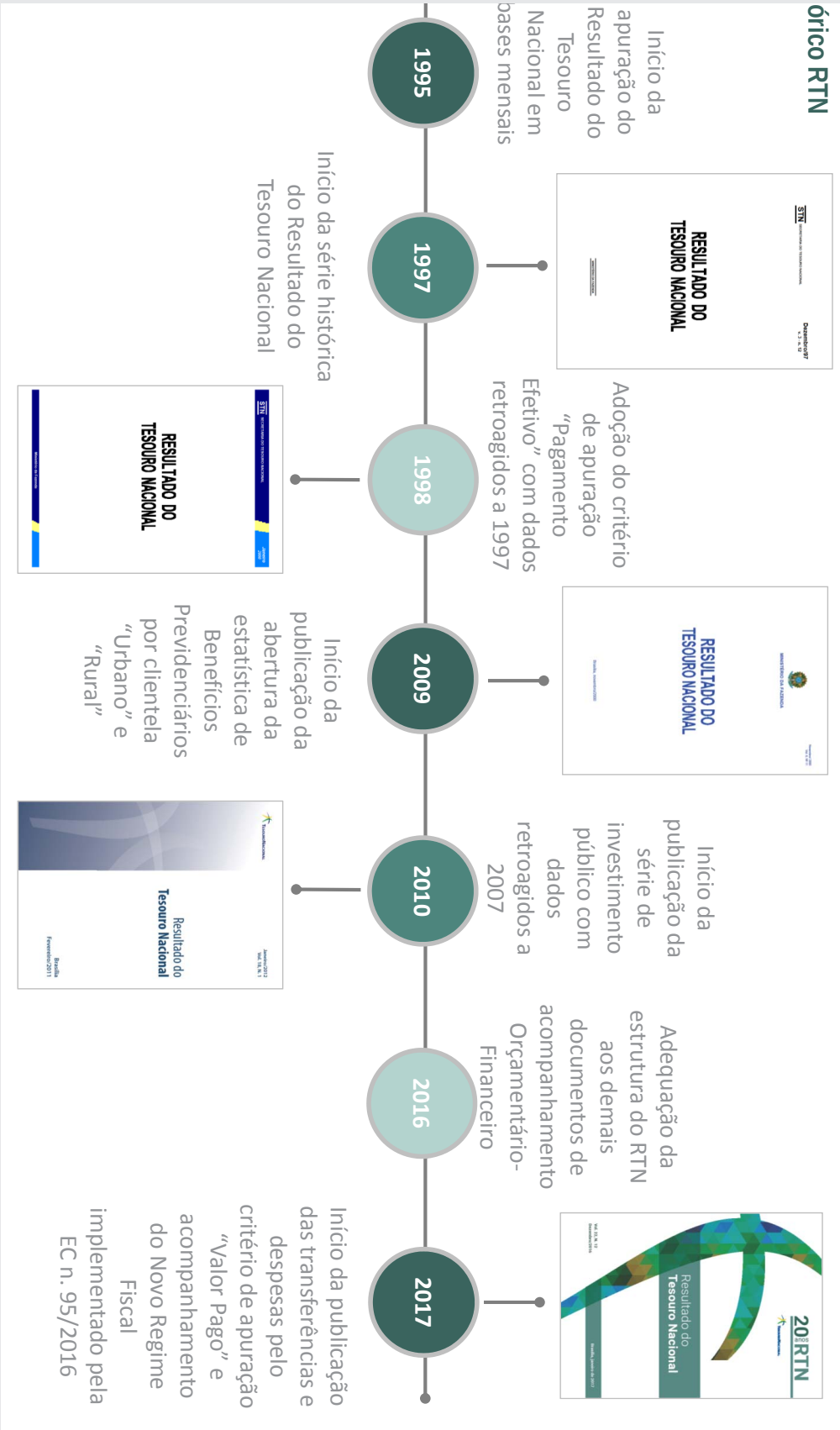
- 1998: Início da publicação da série de resultado primário do Governo Central pelo critério de apuração "Pagamento Efetivo", com dados retroagidos a 1997

- 2009: Início da publicação da abertura da estatística de Benefícios Previdenciários por clientela "Urbano" e "Rural"

- 2010: Início da publicação da série de investimento público com dados retroagidos a 2007

- 2016: Adequação da estrutura do RTN aos demais documentos de acompanhamento Orçamentário-Financeiro

- 2017: Início da publicação das transferências e despesas pelo critério de apuração "Valor Pago" e acompanhamento do Novo Regime Fiscal implementado pela EC no 95/2016.


órico RTN
1995
Início da apuração do Resultado do Tesouro Nacional em bases mensais
1997
Início da série histórica do Resultado do Tesouro Nacional
RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
1998
Adoção do critério de apuração "Pagamento Efetivo" com dados retroagidos a 1997
RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
2009
Início da publicação da abertura da estatística de Benefícios Previdenciários por clientela "Urbano" e "Rural"
2010
Início da publicação da série de investimento público com dados retroagidos a 2007
Resultado do Tesouro Nacional
2016
Adequação da estrutura do RTN aos demais documentos de acompanhamento Orçamentário-Financeiro
20 anos RTN
Resultado do Tesouro Nacional
2017
Início da publicação das transferências e despesas pelo critério de apuração "Valor Pago" e acompanhamento do Novo Regime Fiscal implementado pela EC n. 95/2016

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CEF - Caixa Econômica Federal
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
LEJU – Legislativo e Judiciário
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/17 Dez/17		Jan/17 Jan/16	
I. RECEITA TOTAL	**141.198,9**	**128.655,3**	**137.363,0**	**8.707,7**	**6,8%**	**-3.835,9**	**-2,7%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	***90.815,4***	***70.553,9***	***96.735,7***	***26.181,7***	***37,1%***	***5.920,25***	***6,5%***
I.1.1 Imposto de Importação	2.972,5	2.555,0	2.595,2	40,1	1,6%	-377,3	-12,7%
I.1.2 IPI	3.988,9	4.080,9	3.738,3	-342,5	-8,4%	-250,5	-6,3%
I.1.3 Imposto de Renda	42.663,9	32.810,0	46.727,4	13.917,3	42,4%	4.063,4	9,5%
I.1.4 IOF	3.127,8	3.134,4	2.879,7	-254,6	-8,1%	-248,1	-7,9%
I.1.5 COFINS	18.955,0	17.105,0	18.853,9	1.748,9	10,2%	-101,1	-0,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.126,0	4.554,2	5.242,3	688,1	15,1%	116,3	2,3%
I.1.7 CSLL	12.316,3	4.082,9	14.472,5	10.389,6	254,5%	2.156,2	17,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	503,0	504,7	499,5	-5,2	-1,0%	-3,5	-0,7%
I.1.10 Outras	1.162,0	1.726,9	1.726,9	0,0	0,0%	564,9	48,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	***0,0***	***-152,7***	***0,0***	***152,7***	-100,0%	***0,0***	***-***
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	***27.111,3***	***46.809,5***	***26.897,5***	***-19.912,0***	***-42,5%***	***-213,9***	***-0,8%***
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	***23.272,1***	***11.444,6***	***13.729,8***	***2.285,2***	***20,0%***	***-9.542,3***	***-41,0%***
I.4.1 Concessões e Permissões	11.369,8	270,5	351,9	81,4	30,1%	-11.017,9	-96,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,5	1.082,1	60,3	-1.021,8	-94,4%	58,8	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	890,3	1.310,1	1.025,2	-285,0	-21,8%	134,9	15,1%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	3.312,7	1.487,2	5.488,1	4.000,9	269,0%	2.175,4	65,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.120,3	1.522,5	958,6	-563,9	-37,0%	-161,7	-14,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.650,3	1.557,0	2.727,5	1.170,5	75,2%	77,1	2,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	470,0	792,3	0,0	-792,3	-100,0%	-470,0	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	104,9	98,5	-6,3	-6,1%	98,5	-
I.4.9 Demais Receitas	3.457,2	3.318,0	3.019,8	-298,2	-9,0%	-437,4	-12,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**17.169,3**	**34.737,6**	**18.583,2**	**-16.154,4**	**-46,5%**	**1.413,9**	**8,2%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	***14.327,2***	***31.444,1***	***15.252,6***	***-16.191,5***	***-51,5%***	***925,37***	***6,5%***
II.2 Fundos Constitucionais	***603,5***	***804,6***	***635,4***	***-169,2***	***-21,0%***	***31,90***	***5,3%***
II.2.1 Repasse Total	946,4	3.362,1	1.015,7	-2.346,4	-0,7	69,3	7,3%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-342,9	-2.557,5	-380,3	2.177,2	-0,9	-37,4	10,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	***907,7***	***912,3***	***934,1***	***21,7***	***2,4%***	***26,40***	***2,9%***
II.4 Compensações Financeiras	***910,2***	***1.443,7***	***1.150,7***	***-293,0***	***-20,3%***	***240,5***	***26,4%***
II.5 CIDE - Combustíveis	***321,8***	***0,0***	***433,5***	***433,5***	***-***	***111,65***	***34,7%***
II.6 Demais	***98,9***	***132,8***	***176,9***	***44,1***	***33,2%***	***78,06***	***78,9%***
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**124.029,6**	**93.917,6**	**118.779,8**	**24.862,1**	**26,5%**	**-5.249,8**	**-4,2%**
IV. DESPESA TOTAL	**109.194,4**	**154.041,6**	**99.812,0**	**-54.229,6**	**-35,2%**	**-9.382,4**	**-8,6%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***35.572,1***	***53.681,4***	***40.269,6***	***-13.411,8***	***-25,0%***	***4.697,48***	***13,2%***
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***21.723,2***	***28.488,3***	***24.213,8***	***-4.274,5***	***-15,0%***	***2.490,63***	***11,5%***
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***28.702,7***	***23.895,4***	***23.212,5***	***-683,0***	***-2,9%***	***-5.490,2***	***-19,1%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	6.686,7	3.521,2	5.693,4	2.172,2	61,7%	-993,3	-14,9%
IV.3.2 Anistiados	15,0	18,7	12,8	-5,9	-31,8%	-2,2	-14,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	34,2	34,7	0,0	-34,7	-100,0%	-34,2	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	39,4	49,2	44,8	-4,4	-8,9%	5,4	13,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.884,1	4.030,0	4.286,5	256,6	6,4%	402,4	10,4%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	470,0	792,3	0,0	-792,3	-100,0%	-470,0	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	896,7	697,3	93,0	-604,2	-86,7%	-803,6	-89,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.011,8	1.112,8	1.069,3	-43,5	-3,9%	-942,5	-46,8%
IV.3.10 Convênios	21,1	32,2	8,8	-23,4	-72,7%	-12,3	-58,4%
IV.3.11 Doações	57,8	44,0	2,4	-41,6	-94,5%	-55,4	-95,8%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	10,8	129,0	18,4	-110,6	-85,7%	7,6	70,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.491,2	2.057,2	2.615,0	557,8	27,1%	123,8	5,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	82,2	125,7	94,6	-31,1	-24,8%	12,4	15,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	170,3	2.112,5	162,5	-1.950,0	-92,3%	-7,8	-4,6%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	151,6	8.036,8	102,3	-7.934,5	-98,7%	-49,3	-32,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	11.581,4	344,201	8.981,0	8.636,8	-	-2.600,4	-22,5%
IV.3.21 Transferências ANA	22,2	56,7	12,1	-44,5	-78,6%	-10,1	-45,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	76,2	701,1	15,4	-685,6	-97,8%	-60,8	-79,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***23.196,5***	***47.976,4***	***12.116,2***	***-35.860,3***	***-74,7%***	***-11.080,3***	***-47,8%***
IV.4.1 PAC	3.736,5	10.125,5	786,2	-9.339,3	-92,2%	-2.950,3	-79,0%
d/q MCMV	580,6	2.110,2	77,9	-8.583,7	-69,7%	-1.002,0	-21,1%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	103,0	0,0	-103,0	-100,0%	-	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	18.719,3	35.834,9	10.797,7	-25.037,2	-69,9%	- 7.921,58	-42,3%
IV.4.4 LEJU/MPU	740,7	1.913,0	532,2	-1.380,8	-72,2%	- 208,45	-28,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**0,0**	**-**
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	**14.835,2**	**-60.123,9**	**18.967,8**	**79.091,7**	**-**	**4.132,6**	**27,9%**
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	**162,2**	**290,0**					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**5.901,2**	**-4.414,5**					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	**20.898,5**	**-64.248,5**					
X. JUROS NOMINAIS	**-48.877,7**	**-29.370,2**					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	**-27.979,2**	**-93.618,7**					

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Janeiro de 2017 (IPCA)

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/17 Dez/17		Jan/17 Jan/16	
I. RECEITA TOTAL	**148.758,7**	**129.144,2**	**137.363,0**	**8.218,7**	**6,4%**	**-11.395,7**	**-7,7%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	***95.677,7***	***70.822,1***	***96.735,7***	***25.913,6***	***36,6%***	***1.058,0***	***1,1%***
I.1.1 Imposto de Importação	3.131,7	2.564,7	2.595,2	30,4	1,2%	-536,5	-17,1%
I.1.2 IPI	4.202,4	4.096,4	3.738,3	-358,0	-8,7%	-464,1	-11,0%
I.1.3 Imposto de Renda	44.948,2	32.934,7	46.727,4	13.792,6	41,9%	1.779,2	4,0%
I.1.4 IOF	3.295,3	3.146,3	2.879,7	-266,6	-8,5%	-415,6	-12,6%
I.1.5 COFINS	19.969,9	17.170,0	18.853,9	1.683,9	9,8%	-1.116,0	-5,6%
I.1.6 PIS/PASEP	5.400,4	4.571,5	5.242,3	670,8	14,7%	-158,1	-2,9%
I.1.7 CSLL	12.975,8	4.098,4	14.472,5	10.374,1	253,1%	1.496,7	11,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	529,9	506,6	499,5	-7,1	-1,4%	-30,4	-5,7%
I.1.10 Outras	1.224,2	1.733,5	1.726,9	-6,6	-0,4%	502,7	41,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	***0,0***	***-153,3***	***0,0***	***153,3***	***-100,0%***	***0,0***	***-***
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	***28.562,9***	***46.987,4***	***26.897,5***	***-20.089,9***	***-42,8%***	***-1.665,4***	***-5,8%***
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	***24.518,1***	***11.488,1***	***13.729,8***	***2.241,7***	***19,5%***	***-10.788,3***	***-44,0%***
I.4.1 Concessões e Permissões	11.978,5	271,5	351,9	80,4	29,6%	-11.626,6	-97,1%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,6	1.086,2	60,3	-1.025,9	-94,5%	58,7	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	938,0	1.315,1	1.025,2	-289,9	-22,0%	87,2	9,3%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	3.490,1	1.492,8	5.488,1	3.995,3	267,6%	1.998,0	57,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.180,3	1.528,3	958,6	-569,7	-37,3%	-221,6	-18,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.792,2	1.562,9	2.727,5	1.164,5	74,5%	-64,8	-2,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	495,2	795,3	0,0	-795,3	-100,0%	-495,2	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	105,3	98,5	-6,7	-6,4%	98,5	-
I.4.9 Demais Receitas	3.642,3	3.330,6	3.019,8	-310,9	-9,3%	-622,5	-17,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**18.088,5**	**34.869,7**	**18.583,2**	**-16.286,5**	**-46,7%**	**494,7**	**2,7%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	***15.094,3***	***31.563,6***	***15.252,6***	***-16.311,0***	***-51,7%***	***158,3***	***1,0%***
II.2 Fundos Constitucionais	***635,8***	***807,7***	***635,4***	***-172,3***	***-21,3%***	***-0,4***	***-0,1%***
II.2.1 Repasse Total	997,1	3.374,9	1.015,7	-2.359,2	-69,9%	18,6	1,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-361,3	-2.567,2	-380,3	2.186,9	-85,2%	-19,0	5,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	***956,3***	***915,8***	***934,1***	***18,3***	***2,0%***	***-22,2***	***-2,3%***
II.4 Compensações Financeiras	***958,9***	***1.449,2***	***1.150,7***	***-298,5***	***-20,6%***	***191,8***	***20,0%***
II.5 CIDE - Combustíveis	***339,1***	***0,0***	***433,5***	***433,5***	***-***	***94,4***	***27,8%***
II.6 Demais	***104,2***	***133,3***	***176,9***	***43,6***	***32,7%***	***72,8***	***69,8%***
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**130.670,1**	**94.274,6**	**118.779,8**	**24.505,2**	**26,0%**	**-11.890,4**	**-9,1%**
IV. DESPESA TOTAL	**115.040,7**	**154.627,0**	**99.812,0**	**-54.815,0**	**-35,4%**	**-15.228,7**	**-13,2%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***37.476,7***	***53.885,5***	***40.269,6***	***-13.615,9***	***-25,3%***	***2.792,9***	***7,5%***
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***22.886,2***	***28.596,5***	***24.213,8***	***-4.382,8***	***-15,3%***	***1.327,6***	***5,8%***
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***30.239,4***	***23.986,3***	***23.212,5***	***-773,8***	***-3,2%***	***-7.026,9***	***-23,2%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	7.044,7	3.534,6	5.693,4	2.158,8	61,1%	-1.351,3	-19,2%
IV.3.2 Anistiados	15,8	18,8	12,8	-6,0	-32,0%	-3,0	-19,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	36,0	34,9	0,0	-34,9	-100,0%	-36,0	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	41,5	49,4	44,8	-4,6	-9,3%	3,3	8,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.092,0	4.045,3	4.286,5	241,3	6,0%	194,5	4,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	495,2	795,3	0,0	-795,3	-100,0%	-495,2	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	944,7	699,9	93,0	-606,9	-86,7%	-851,7	-90,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.119,5	1.117,0	1.069,3	-47,7	-4,3%	-1.050,2	-49,5%
IV.3.10 Convênios	22,3	32,4	8,8	-23,6	-72,8%	-13,5	-60,5%
IV.3.11 Doações	60,9	44,2	2,4	-41,8	-94,5%	-58,5	-96,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	11,4	129,5	18,4	-111,1	-85,8%	7,0	61,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.624,6	2.065,0	2.615,0	550,0	26,6%	-9,6	-0,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	86,6	126,2	94,6	-31,6	-25,0%	8,0	9,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	179,4	2.120,5	162,5	-1.958,0	-92,3%	-16,9	-9,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	159,7	8.067,3	102,3	-7.965,0	-98,7%	-57,4	-36,0%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	12.201,5	345,5	8.981,0	8.635,5	-	-3.220,4	-26,4%
IV.3.21 Transferências ANA	23,4	56,9	12,1	-44,7	-78,7%	-11,2	-48,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	80,3	703,7	15,4	-688,3	-97,8%	-64,9	-80,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***24.438,4***	***48.158,7***	***12.116,2***	***-36.042,6***	***-74,8%***	***-12.322,2***	***-50,4%***
IV.4.1 PAC	3.936,6	10.164,0	786,2	-9.377,8	-92,3%	-3.150,3	-80,0%
d/q MCMV	611,7	2.118,2	77,9	-2.040,3	-96,3%	-533,8	-87,3%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	103,4	0,0	-103,4	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	19.721,5	35.971,1	10.797,7	-25.173,3	-70,0%	-8.923,8	-45,2%
IV.4.4 LEJU/MPU	780,3	1.920,3	532,2	-1.388,1	-72,3%	-248,1	-31,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**0,0**	**-**
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	**15.629,5**	**-60.352,4**	**18.967,8**	**79.320,2**	**-**	**3.338,3**	**21,4%**
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	**170,9**	**291,1**					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**6.217,1**	**-4.431,3**					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	**22.017,4**	**-64.492,7**					
X. JUROS NOMINAIS	**-51.494,7**	**-29.481,8**					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	**-29.477,2**	**-93.974,5**					

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan/17 Jan/16	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	**141.198,9**	**137.363,0**	**-3.835,9**	**-2,7%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	***90.815,4***	***96.735,7***	***5.920,3***	***6,5%***
I.1.1 Imposto de Importação	2.972,5	2.595,2	-377,3	-12,7%
I.1.2 IPI	3.988,9	3.738,3	-250,5	-6,3%
I.1.3 Imposto de Renda	42.663,9	46.727,4	4.063,4	9,5%
I.1.4 IOF	3.127,8	2.879,7	-248,1	-7,9%
I.1.5 COFINS	18.955,0	18.853,9	-101,1	-0,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.126,0	5.242,3	116,3	2,3%
I.1.7 CSLL	12.316,3	14.472,5	2.156,2	17,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	503,0	499,5	-3,5	-0,7%
I.1.10 Outras	1.162,0	1.726,9	564,9	48,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	***27.111,3***	***26.897,5***	***-213,9***	***-0,8%***
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	***23.272,1***	***13.729,8***	***-9.542,3***	***-41,0%***
I.4.1 Concessões e Permissões	11.369,8	351,9	-11.017,9	-96,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,5	60,3	58,8	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	890,3	1.025,2	134,9	15,1%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	3.312,7	5.488,1	2.175,4	65,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.120,3	958,6	-161,7	-14,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.650,3	2.727,5	77,1	2,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	470,0	0,0	-470,0	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	98,5	98,5	-
I.4.9 Demais Receitas	3.457,2	3.019,8	-437,4	-12,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**17.169,3**	**18.583,2**	**1.413,9**	**8,2%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	***14.327,2***	***15.252,6***	***925,4***	***6,5%***
II.2 Fundos Constitucionais	***603,5***	***635,4***	***31,9***	***5,3%***
II.2.1 Repasse Total	946,4	1.015,7	69,3	7,3%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-342,9	-380,3	-37,4	10,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	***907,7***	***934,1***	***26,4***	***2,9%***
II.4 Compensações Financeiras	***910,2***	***1.150,7***	***240,5***	***26,4%***
II.5 CIDE - Combustíveis	***321,8***	***433,5***	***111,6***	***34,7%***
II.6 Demais	***98,9***	***176,9***	***78,1***	***78,9%***
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**124.029,6**	**118.779,8**	**-5.249,8**	**-4,2%**
IV. DESPESA TOTAL	**109.194,4**	**99.812,0**	**-9.382,4**	**-8,6%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	***35.572,1***	***40.269,6***	***4.697,5***	***13,2%***
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	***21.723,2***	***24.213,8***	***2.490,6***	***11,5%***
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	***28.702,7***	***23.212,5***	***-5.490,2***	***-19,1%***
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	6.686,7	5.693,4	-993,3	-14,9%
IV.3.2 Anistiados	15,0	12,8	-2,2	-14,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	34,2	0,0	-34,2	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	39,4	44,8	5,4	13,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.884,1	4.286,5	402,4	10,4%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	470,0	0,0	-470,0	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	896,7	93,0	-803,6	-89,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.011,8	1.069,3	-942,5	-46,8%
IV.3.10 Convênios	21,1	8,8	-12,3	-58,4%
IV.3.11 Doações	57,8	2,4	-55,4	-95,8%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	10,8	18,4	7,6	70,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.491,2	2.615,0	123,8	5,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	82,2	94,6	12,4	15,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	170,3	162,5	-7,8	-4,6%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	151,6	102,3	-49,3	-32,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	11.581,4	8.981,0	-2.600,4	-22,5%
IV.3.21 Transferências ANA	22,2	12,1	-10,1	-45,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	76,2	15,4	-60,8	-79,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	***23.196,5***	***12.116,2***	***-11.080,3***	***-47,8%***
IV.4.1 PAC	3.736,5	786,2	-2.950,3	-79,0%
d/q MCMV	580,6	77,9	-502,7	-86,6%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	18.719,3	10.797,7	-7.921,6	-42,3%
IV.4.4 LEJU/MPU	740,7	532,2	-208,4	-28,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	**14.835,2**	**18.967,8**	**4.132,6**	**27,9%**
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	**162,2**			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**5.901,2**			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	**20.898,5**			
X. JUROS NOMINAIS	**-48.877,7**			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	**-27.979,2**			

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores de Jan/17 - IPCA

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan-Jan/17 Jan-Jan/16	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	**148.758,7**	**137.363,0**	**-11.395,7**	**-7,7%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**95.677,7**	**96.735,7**	**1.058,0**	**1,1%**
I.1.1 Imposto de Importação	3.131,7	2.595,2	-536,5	-17,1%
I.1.2 IPI	4.202,4	3.738,3	-464,1	-11,0%
I.1.3 Imposto de Renda	44.948,2	46.727,4	1.779,2	4,0%
I.1.4 IOF	3.295,3	2.879,7	-415,6	-12,6%
I.1.5 COFINS	19.969,9	18.853,9	-1.116,0	-5,6%
I.1.6 PIS/PASEP	5.400,4	5.242,3	-158,1	-2,9%
I.1.7 CSLL	12.975,8	14.472,5	1.496,7	11,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	529,9	499,5	-30,4	-5,7%
I.1.10 Outras	1.224,2	1.726,9	502,7	41,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	**28.562,9**	**26.897,5**	**-1.665,4**	**-5,8%**
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**24.518,1**	**13.729,8**	**-10.788,3**	**-44,0%**
I.4.1 Concessões e Permissões	11.978,5	351,9	-11.626,6	-97,1%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,6	60,3	58,7	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	938,0	1.025,2	87,2	9,3%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	3.490,1	5.488,1	1.998,0	57,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.180,3	958,6	-221,6	-18,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.792,2	2.727,5	-64,8	-2,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	495,2	0,0	-495,2	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	98,5	98,5	-
I.4.9 Demais Receitas	3.642,3	3.019,8	-622,5	-17,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**18.088,5**	**18.583,2**	**494,7**	**2,7%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**15.094,3**	**15.252,6**	**158,3**	**1,0%**
II.2 Fundos Constitucionais	**635,8**	**635,4**	**-0,4**	**-0,1%**
II.2.1 Repasse Total	997,1	1.015,7	18,6	1,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-361,3	-380,3	-19,0	5,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**956,3**	**934,1**	**-22,2**	**-2,3%**
II.4 Compensações Financeiras	**958,9**	**1.150,7**	**191,8**	**20,0%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**339,1**	**433,5**	**94,4**	**27,8%**
II.6 Demais	**104,2**	**176,9**	**72,8**	**69,8%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**130.670,1**	**118.779,8**	**-11.890,4**	**-9,1%**
IV. DESPESA TOTAL	**115.040,7**	**99.812,0**	**-15.228,7**	**-13,2%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	**37.476,7**	**40.269,6**	**2.792,9**	**7,5%**
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	**22.886,2**	**24.213,8**	**1.327,6**	**5,8%**
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	**30.239,4**	**23.212,5**	**-7.026,9**	**-23,2%**
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	7.044,7	5.693,4	-1.351,3	-19,2%
IV.3.2 Anistiados	15,8	12,8	-3,0	-19,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	36,0	0,0	-36,0	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	41,5	44,8	3,3	8,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.092,0	4.286,5	194,5	4,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	495,2	0,0	-495,2	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	944,7	93,0	-851,7	-90,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.119,5	1.069,3	-1.050,2	-49,5%
IV.3.10 Convênios	22,3	8,8	-13,5	-60,5%
IV.3.11 Doações	60,9	2,4	-58,5	-96,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	11,4	18,4	7,0	61,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.624,6	2.615,0	-9,6	-0,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	86,6	94,6	8,0	9,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	179,4	162,5	-16,9	-9,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	159,7	102,3	-57,4	-36,0%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	12.201,5	8.981,0	-3.220,4	-26,4%
IV.3.21 Transferências ANA	23,4	12,1	-11,2	-48,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	80,3	15,4	-64,9	-80,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	**24.438,4**	**12.116,2**	**-12.322,2**	**-50,4%**
IV.4.1 PAC	3.936,6	786,2	-3.150,3	-80,0%
d/q MCMV	611,7	77,9	-533,8	-87,3%
IV.4.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
IV.4.2 Demais Poder Executivo	19.721,5	10.797,7	-8.923,8	-45,2%
IV.4.4 LEJU/MPU	780,3	532,2	-248,1	-31,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	**15.629,5**	**18.967,8**	**3.338,3**	**21,4%**
VII. AJUSTE METODOLÓGICO	**170,9**			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**6.217,1**			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	**22.017,4**			
X. JUROS NOMINAIS	**-51.494,7**			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	**-29.477,2**			

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/17 Dez/17		Jan/17 Jan/16	
I. RECEITA TOTAL	141.198,9	128.655,3	137.363,0	8.707,7	6,8%	-3.835,9	-2,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**90.815,4**	**70.553,9**	**96.735,7**	**26.181,7**	**37,1%**	**5.920,3**	**6,5%**
I.1.1 Imposto de Importação	2.972,5	2.555,0	2.595,2	40,1	1,6%	-377,3	-12,7%
I.1.2 IPI	3.988,9	4.080,9	3.738,3	-342,5	-8,4%	-250,5	-6,3%
I.1.2.1 IPI - Fumo	758,4	728,0	208,1	-519,9	-71,4%	-550,2	-72,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	171,6	311,4	308,1	-3,3	-1,1%	136,5	79,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	349,2	304,9	374,0	69,1	22,7%	24,8	7,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.152,5	1.165,8	1.098,6	-67,2	-5,8%	-54,0	-4,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.557,1	1.570,7	1.749,5	178,7	11,4%	192,4	12,4%
I.1.3 Imposto de Renda	42.663,9	32.810,0	46.727,4	13.917,3	42,4%	4.063,4	9,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.967,6	1.468,8	2.599,2	1.130,4	77,0%	631,6	32,1%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	21.488,2	6.693,8	22.526,1	15.832,3	236,5%	1.037,8	4,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	19.208,1	24.647,5	21.602,1	-3.045,4	-12,4%	2.394,0	12,5%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	10.370,7	7.196,5	11.787,3	4.590,8	63,8%	1.416,6	13,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	4.968,2	13.184,8	5.485,3	-7.699,5	-58,4%	517,1	10,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.676,8	3.281,7	3.252,9	-28,7	-0,9%	576,1	21,5%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.192,4	984,5	1.076,6	92,1	9,4%	-115,9	-9,7%
I.1.4 IOF	3.127,8	3.134,4	2.879,7	-254,6	-8,1%	-248,1	-7,9%
I.1.5 COFINS	18.955,0	17.105,0	18.853,9	1.748,9	10,2%	-101,1	-0,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.126,0	4.554,2	5.242,3	688,1	15,1%	116,3	2,3%
I.1.7 CSLL	12.316,3	4.082,9	14.472,5	10.389,6	254,5%	2.156,2	17,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	503,0	504,7	499,5	-5,2	-1,0%	-3,5	-0,7%
I.1.10 Outras	1.162,0	1.726,9	1.726,9	0,0	0,0%	564,9	48,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**-152,7**	**0,0**	**152,7**	**-100,0%**	**0,0**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	**27.111,3**	**46.809,5**	**26.897,5**	**-19.912,0**	**-42,5%**	**-213,9**	**-0,8%**
I.3.1 Urbana	26.559,1	46.032,6	26.312,3	-19.720,3	-42,8%	-246,8	-0,9%
I.3.2 Rural	552,3	776,9	585,2	-191,7	-24,7%	32,9	6,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**23.272,1**	**11.444,6**	**13.729,8**	**2.285,2**	**20,0%**	**-9.542,3**	**-41,0%**
I.4.1 Concessões e Permissões	11.369,8	270,5	351,9	81,4	30,1%	-11.017,9	-96,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,5	1.082,1	60,3	-1.021,8	-94,4%	58,8	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	890,3	1.310,1	1.025,2	-285,0	-21,8%	134,9	15,1%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.312,7	1.487,2	5.488,1	4.000,9	269,0%	2.175,4	65,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.120,3	1.522,5	958,6	-563,9	-37,0%	-161,7	-14,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.650,3	1.557,0	2.727,5	1.170,5	75,2%	77,1	2,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	470,0	792,3	0,0	-792,3	-100,0%	-470,0	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	104,9	98,5	-6,3	-6,1%	98,5	-
I.4.9 Demais Receitas	3.457,2	3.318,0	3.019,8	-298,2	-9,0%	-437,4	-12,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.169,3	34.737,6	18.583,2	-16.154,4	-46,5%	1.413,9	8,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**14.327,2**	**31.444,1**	**15.252,6**	**-16.191,5**	**-51,5%**	**925,4**	**6,5%**
II.2 Fundos Constitucionais	**603,5**	**804,6**	**635,4**	**-169,2**	**-21,0%**	**31,9**	**5,3%**
II.2.1 Repasse Total	946,4	3.362,1	1.015,7	-2.346,4	-69,8%	69,3	7,3%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-342,9	-2.557,5	-380,3	2.177,2	-85,1%	-37,4	10,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**907,7**	**912,3**	**934,1**	**21,7**	**2,4%**	**26,4**	**2,9%**
II.4 Compensações Financeiras	**910,2**	**1.443,7**	**1.150,7**	**-293,0**	**-20,3%**	**240,5**	**26,4%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**321,8**	**0,0**	**433,5**	**433,5**	**-**	**111,6**	**34,7%**
II.6 Demais	**98,9**	**132,8**	**176,9**	**44,1**	**33,2%**	**78,1**	**78,9%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	124.029,6	93.917,6	118.779,8	24.862,1	26,5%	-5.249,8	-4,2%

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores de Jan/17 - IPCA

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/17 Dez/17		Jan/17 Jan/16	
I. RECEITA TOTAL	148.758,7	129.144,2	137.363,0	8.218,7	6,4%	-11.395,7	-7,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**95.677,7**	**70.822,1**	**96.735,7**	**25.913,6**	**36,6%**	**1.058,0**	**1,1%**
I.1.1 Imposto de Importação	3.131,7	2.564,7	2.595,2	30,4	1,2%	-536,5	-17,1%
I.1.2 IPI	4.202,4	4.096,4	3.738,3	-358,0	-8,7%	-464,1	-11,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	799,0	730,8	208,1	-522,7	-71,5%	-590,8	-73,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	180,8	312,6	308,1	-4,5	-1,4%	127,3	70,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	367,9	306,1	374,0	68,0	22,2%	6,1	1,7%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.214,2	1.170,2	1.098,6	-71,6	-6,1%	-115,7	-9,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.640,5	1.576,7	1.749,5	172,8	11,0%	109,0	6,6%
I.1.3 Imposto de Renda	44.948,2	32.934,7	46.727,4	13.792,6	41,9%	1.779,2	4,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.072,9	1.474,4	2.599,2	1.124,8	76,3%	526,3	25,4%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	22.638,7	6.719,2	22.526,1	15.806,9	235,2%	-112,6	-0,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	20.236,5	24.741,1	21.602,1	-3.139,1	-12,7%	1.365,6	6,7%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	10.926,0	7.223,8	11.787,3	4.563,5	63,2%	861,4	7,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	5.234,1	13.234,9	5.485,3	-7.749,6	-58,6%	251,2	4,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.820,2	3.294,1	3.252,9	-41,2	-1,3%	432,8	15,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.256,3	988,2	1.076,6	88,3	8,9%	-179,7	-14,3%
I.1.4 IOF	3.295,3	3.146,3	2.879,7	-266,6	-8,5%	-415,6	-12,6%
I.1.5 COFINS	19.969,9	17.170,0	18.853,9	1.683,9	9,8%	-1.116,0	-5,6%
I.1.6 PIS/PASEP	5.400,4	4.571,5	5.242,3	670,8	14,7%	-158,1	-2,9%
I.1.7 CSLL	12.975,8	4.098,4	14.472,5	10.374,1	253,1%	1.496,7	11,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	529,9	506,6	499,5	-7,1	-1,4%	-30,4	-5,7%
I.1.10 Outras	1.224,2	1.733,5	1.726,9	-6,6	-0,4%	502,7	41,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**-153,3**	**0,0**	**153,3**	**-100,0%**	**0,0**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	**28.562,9**	**46.987,4**	**26.897,5**	**-20.089,9**	**-42,8%**	**-1.665,4**	**-5,8%**
I.3.1 Urbana	27.981,0	46.207,6	26.312,3	-19.895,3	-43,1%	-1.668,7	-6,0%
I.3.2 Rural	581,8	779,8	585,2	-194,6	-25,0%	3,3	0,6%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**24.518,1**	**11.488,1**	**13.729,8**	**2.241,7**	**19,5%**	**-10.788,3**	**-44,0%**
I.4.1 Concessões e Permissões	11.978,5	271,5	351,9	80,4	29,6%	-11.626,6	-97,1%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,6	1.086,2	60,3	-1.025,9	-94,5%	58,7	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	938,0	1.315,1	1.025,2	-289,9	-22,0%	87,2	9,3%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.490,1	1.492,8	5.488,1	3.995,3	267,6%	1.998,0	57,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.180,3	1.528,3	958,6	-569,7	-37,3%	-221,6	-18,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.792,2	1.562,9	2.727,5	1.164,5	74,5%	-64,8	-2,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	495,2	795,3	0,0	-795,3	-100,0%	-495,2	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	105,3	98,5	-6,7	-6,4%	98,5	-
I.4.9 Demais Receitas	3.642,3	3.330,6	3.019,8	-310,9	-9,3%	-622,5	-17,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.088,5	34.869,7	18.583,2	-16.286,5	-46,7%	494,7	2,7%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**15.094,3**	**31.563,6**	**15.252,6**	**-16.311,0**	**-51,7%**	**158,3**	**1,0%**
II.2 Fundos Constitucionais	**635,8**	**807,7**	**635,4**	**-172,3**	**-21,3%**	**-0,4**	**-0,1%**
II.2.1 Repasse Total	997,1	3.374,9	1.015,7	-2.359,2	-69,9%	18,6	1,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-361,3	-2.567,2	-380,3	2.186,9	-85,2%	-19,0	5,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**956,3**	**915,8**	**934,1**	**18,3**	**2,0%**	**-22,2**	**-2,3%**
II.4 Compensações Financeiras	**958,9**	**1.449,2**	**1.150,7**	**-298,5**	**-20,6%**	**191,8**	**20,0%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**339,1**	**0,0**	**433,5**	**433,5**	**-**	**94,4**	**27,8%**
II.6 Demais	**104,2**	**133,3**	**176,9**	**43,6**	**32,7%**	**72,8**	**69,8%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	130.670,1	94.274,6	118.779,8	24.505,2	26,0%	-11.890,4	-9,1%

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan/17 Jan/16	Variação (%) Jan/17 Jan/16
I. RECEITA TOTAL	**141.198,9**	**137.363,0**	**-3.835,9**	**-2,7%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**90.815,4**	**96.735,7**	**5.920,3**	**6,5%**
I.1.1 Imposto de Importação	2.972,5	2.595,2	-377,3	-12,7%
I.1.2 IPI	3.988,9	3.738,3	-250,5	-6,3%
I.1.2.1 IPI - Fumo	758,4	208,1	-550,2	-72,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	171,6	308,1	136,5	79,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	349,2	374,0	24,8	7,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.152,5	1.098,6	-54,0	-4,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.557,1	1.749,5	192,4	12,4%
I.1.3 Imposto de Renda	42.663,9	46.727,4	4.063,4	9,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.967,6	2.599,2	631,6	32,1%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	21.488,2	22.526,1	1.037,8	4,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	19.208,1	21.602,1	2.394,0	12,5%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	10.370,7	11.787,3	1.416,6	13,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	4.968,2	5.485,3	517,1	10,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.676,8	3.252,9	576,1	21,5%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.192,4	1.076,6	-115,9	-9,7%
I.1.4 IOF	3.127,8	2.879,7	-248,1	-7,9%
I.1.5 COFINS	18.955,0	18.853,9	-101,1	-0,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.126,0	5.242,3	116,3	2,3%
I.1.7 CSLL	12.316,3	14.472,5	2.156,2	17,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	503,0	499,5	-3,5	-0,7%
I.1.10 Outras	1.162,0	1.726,9	564,9	48,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	**27.111,3**	**26.897,5**	**-213,9**	**-0,8%**
I.3.1 Urbana	26.559,1	26.312,3	-246,8	-0,9%
I.3.2 Rural	552,3	585,2	32,9	6,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**23.272,1**	**13.729,8**	**-9.542,3**	**-41,0%**
I.4.1 Concessões e Permissões	11.369,8	351,9	-11.017,9	-96,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,5	60,3	58,8	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	890,3	1.025,2	134,9	15,1%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.312,7	5.488,1	2.175,4	65,7%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.120,3	958,6	-161,7	-14,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.650,3	2.727,5	77,1	2,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	470,0	0,0	-470,0	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	98,5	98,5	-
I.4.9 Demais Receitas	3.457,2	3.019,8	-437,4	-12,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**17.169,3**	**18.583,2**	**1.413,9**	**8,2%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**14.327,2**	**15.252,6**	**925,4**	**6,5%**
II.2 Fundos Constitucionais	**603,5**	**635,4**	**31,9**	**5,3%**
II.2.1 Repasse Total	946,4	1.015,7	69,3	7,3%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-342,9	-380,3	-37,4	10,9%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**907,7**	**934,1**	**26,4**	**2,9%**
II.4 Compensações Financeiras	**910,2**	**1.150,7**	**240,5**	**26,4%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**321,8**	**433,5**	**111,6**	**34,7%**
II.6 Demais	**98,9**	**176,9**	**78,1**	**78,9%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**124.029,6**	**118.779,8**	**-5.249,8**	**-4,2%**

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores de jan/17 - IPCA

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan/17 Jan/16	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	**148.758,7**	**137.363,0**	**-11.395,7**	**-7,7%**
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**95.677,7**	**96.735,7**	**1.058,0**	**1,1%**
I.1.1 Imposto de Importação	3.131,7	2.595,2	-536,5	-17,1%
I.1.2 IPI	4.202,4	3.738,3	-464,1	-11,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	799,0	208,1	-590,8	-73,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	180,8	308,1	127,3	70,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	367,9	374,0	6,1	1,7%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.214,2	1.098,6	-115,7	-9,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.640,5	1.749,5	109,0	6,6%
I.1.3 Imposto de Renda	44.948,2	46.727,4	1.779,2	4,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.072,9	2.599,2	526,3	25,4%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	22.638,7	22.526,1	-112,6	-0,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	20.236,5	21.602,1	1.365,6	6,7%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	10.926,0	11.787,3	861,4	7,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	5.234,1	5.485,3	251,2	4,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.820,2	3.252,9	432,8	15,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.256,3	1.076,6	-179,7	-14,3%
I.1.4 IOF	3.295,3	2.879,7	-415,6	-12,6%
I.1.5 COFINS	19.969,9	18.853,9	-1.116,0	-5,6%
I.1.6 PIS/PASEP	5.400,4	5.242,3	-158,1	-2,9%
I.1.7 CSLL	12.975,8	14.472,5	1.496,7	11,5%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	529,9	499,5	-30,4	-5,7%
I.1.10 Outras	1.224,2	1.726,9	502,7	41,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	**28.562,9**	**26.897,5**	**-1.665,4**	**-5,8%**
I.3.1 Urbana	27.981,0	26.312,3	-1.668,7	-6,0%
I.3.2 Rural	581,8	585,2	3,3	0,6%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	**24.518,1**	**13.729,8**	**-10.788,3**	**-44,0%**
I.4.1 Concessões e Permissões	11.978,5	351,9	-11.626,6	-97,1%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,6	60,3	58,7	-
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	938,0	1.025,2	87,2	9,3%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.490,1	5.488,1	1.998,0	57,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.180,3	958,6	-221,6	-18,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.792,2	2.727,5	-64,8	-2,3%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	495,2	0,0	-495,2	-100,0%
I.4.8 Operações com Ativos	0,0	98,5	98,5	-
I.4.9 Demais Receitas	3.642,3	3.019,8	-622,5	-17,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**18.088,5**	**18.583,2**	**494,7**	**2,7%**
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	**15.094,3**	**15.252,6**	**158,3**	**1,0%**
II.2 Fundos Constitucionais	**635,8**	**635,4**	**-0,4**	**-0,1%**
II.2.1 Repasse Total	997,1	1.015,7	18,6	1,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-361,3	-380,3	-19,0	5,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	**956,3**	**934,1**	**-22,2**	**-2,3%**
II.4 Compensações Financeiras	**958,9**	**1.150,7**	**191,8**	**20,0%**
II.5 CIDE - Combustíveis	**339,1**	**433,5**	**94,4**	**27,8%**
II.6 Demais	**104,2**	**176,9**	**72,8**	**69,8%**
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	**130.670,1**	**118.779,8**	**-11.890,4**	**-9,1%**

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
				Jan/17		Jan/17	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Dez/17		Jan/16	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	**1,5**	**1.082,1**	**60,3**	**-1.021,8**	**-94,4%**	**58,8**	**-**
Banco do Brasil	0,0	111,8	0,0	-111,8	-100,0%	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	217,5	0,0	-217,5	-100,0%	0,0	-
Caixa	0,0	681,6	0,0	-681,6	-100,0%	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	11,5	0,0	-11,5	-100,0%	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	1,5	59,8	60,3	0,5	0,8%	58,8	-

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores de jan/17 - IPCA

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
				Dez/16		Dez/16	
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Nov/16		Dez/15	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	**1,6**	**1.086,2**	**60,3**	**-1.025,9**	**-94,5%**	**58,7**	**-**
Banco do Brasil	0,0	112,2	0,0	-112,2	-100,0%	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	218,3	0,0	-218,3	-100,0%	0,0	-
Caixa	0,0	684,2	0,0	-684,2	-100,0%	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	11,5	0,0	-11,5	-100,0%	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	1,6	60,0	60,3	0,3	0,5%	58,7	-

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan/17 Jan/16	Variação (%) Jan/17 Jan/16
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	**1,5**	**60,3**	**58,8**	**-**
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	1,5	60,3	58,8	-

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores de jan/17 - IPCA

Discriminação	2016 Jan-Dez	2017 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/16 Jan-Dez/15	Variação (%) Jan-Dez/16 Jan-Dez/15
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	**1,6**	**60,3**	**58,7**	**-**
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	1,6	60,3	58,7	-

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/17 Dez/17		Jan/17 Jan/16	
IV. DESPESA TOTAL	**109.194,4**	**154.041,6**	**99.812,0**	**-54.229,6**	**-35,2%**	**-9.382,4**	**-8,6%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	**35.572,1**	**53.681,4**	**40.269,6**	**-13.411,8**	**-25,0%**	**4.697,5**	**13,2%**
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	27.417,5	43.300,8	31.385,4	-11.915,4	-27,5%	3.967,9	14,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*701,4*	*648,3*	*301,6*	*-346,7*	*-53,5%*	*-399,9*	*-57,0%*
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.154,6	10.380,6	8.884,2	-1.496,4	-14,4%	729,6	8,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*209,8*	*156,5*	*85,8*	*-70,6*	*-45,1%*	*-123,9*	*-59,1%*
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	**21.723,2**	**28.488,3**	**24.213,8**	**-4.274,5**	**-15,0%**	**2.490,6**	**11,5%**
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*288,7*	*395,1*	*135,6*	*-259,5*	*-65,7%*	*-153,1*	*-53,0%*
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	**28.702,7**	**23.895,4**	**23.212,5**	**-683,0**	**-2,9%**	**-5.490,2**	**-19,1%**
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	6.686,7	3.521,2	5.693,4	2.172,2	61,7%	-993,3	-14,9%
Abono	*3.286,7*	*607,2*	*2.422,7*	*1.815,5*	*299,0%*	*-864,1*	*-26,3%*
Seguro Desemprego	*3.400,0*	*2.914,0*	*3.270,7*	*356,8*	*12,2%*	*-129,3*	*-3,8%*
d/q Seguro Defeso	*207,8*	*268,1*	*282,9*	*14,8*	*5,5%*	*75,1*	*36,2%*
IV.3.2 Anistiados	15,0	18,7	12,8	-5,9	-31,8%	-2,2	-14,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	34,2	34,7	0,0	-34,7	-100,0%	-34,2	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	39,4	49,2	44,8	-4,4	-8,9%	5,4	13,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.884,1	4.030,0	4.286,5	256,6	6,4%	402,4	10,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*130,7*	*70,2*	*45,5*	*-24,7*	*-35,2%*	*-85,2*	*-65,2%*
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	470,0	792,3	0,0	-792,3	-100,0%	-470,0	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	896,7	697,3	93,0	-604,2	-86,7%	-803,6	-89,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.011,8	1.112,8	1.069,3	-43,5	-3,9%	-942,5	-46,8%
IV.3.10 Convênios	21,1	32,2	8,8	-23,4		-12,3	
IV.3.11 Doações	57,8	44,0	2,4	-41,6	-94,5%	-55,4	-95,8%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	10,8	129,0	18,4	-110,6	-85,7%	7,6	70,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.491,2	2.057,2	2.615,0	557,8	27,1%	123,8	5,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	82,2	125,7	94,6	-31,1	-24,8%	12,4	15,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	170,3	2.112,5	162,5	-1.950,0	-92,3%	-7,8	-4,6%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	151,6	8.036,8	102,3	-7.934,5	-98,7%	-49,3	-32,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	11.581,4	344,2	8.981,0	8.636,8	-	-2.600,4	-22,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	11.300,3	344,2	8.907,2	8.563,0	-	-2.393,1	-21,2%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.073,0	22,8	1.078,6	1.055,8	-	5,6	0,5%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.794,3	6,0	1.163,0	1.156,9	-	-631,3	-35,2%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	77,7	2,4	35,4	33,0	-	-42,3	-54,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*66,3*	*0,0*	*40,7*	*40,7*	-	*-25,6*	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	*9,5*	*1,4*	*-5,4*	*-6,8*	-	*-14,8*	-
Garantia à Sustentação de Preços	*1,9*	*0,9*	*0,0*	*-0,9*	*-100,0%*	*-1,9*	*-100,0%*
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.801,7	9,7	2.042,3	2.032,5	-	-759,4	-27,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*2.800,0*	*20,8*	*2.029,2*	*2.008,4*	-	*-770,8*	*-27,5%*
Concessão de Financiamento	*1,7*	*-11,1*	*13,1*	*24,1*	-	*11,4*	*680,8%*
Aquisição	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*		*0,0*	
IV.3.20.1.5 Proex	77,0	-27,9	119,1	147,0		42,1	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*63,4*	*38,9*	*47,1*	*8,1*	*20,9%*	*-16,3*	*-25,8%*
Concessão de Financiamento	*13,6*	*-66,8*	*72,0*	*138,8*	-	*58,4*	*429,9%*
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,3	86,4	42,2	-44,2	-51,1%	41,9	-
IV.3.20.1.7 Álcool	27,6	0,0	25,6	25,6	-	-2,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	7,8	167,6	-10,5	-178,1	-	-18,2	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	0,0	25,0	12,7	-12,2	-49,0%	12,7	-
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	9,2	9,2	-	9,2	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.095,5	-1,2	4.363,2	4.364,4	-	-732,3	-14,4%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,7	0,0	3,2	3,2	-	0,5	18,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	102,4	54,2	0,0	-54,2	-100,0%	-102,4	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	202,2	0,0	0,0	0,0	-	-202,2	-100,0%
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	44,0	0,0	23,1	23,1	-	-20,9	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,0	-0,9	0,0	0,9	-100,0%	6,0	-100,0%
IV.3.20.2 Proagro	280,0	0,0	73,9	73,9	-	-206,1	-73,6%
IV.3.20.3 PNAFE	1,1	0,0	0,0	0,0	726,8%	-1,1	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	22,2	56,7	12,1	-44,5	-78,6%	-10,1	-45,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	76,2	701,1	15,4	-685,6	-97,8%	-60,8	-79,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	**23.196,5**	**47.976,4**	**12.116,2**	**-35.860,3**	**-74,7%**	**-11.080,3**	**-47,8%**
IV.4.1 Discricionárias Executivo	22.455,8	46.063,4	11.583,9	-34.479,5	-74,9%	-10.871,9	-48,4%
IV.4.1.1 PAC	3.736,5	10.125,5	786,2	-9.339,3	-92,2%	-2.950,3	-79,0%
d/q MCMV	*580,6*	*2.110,2*	*77,9*	*-2.032,3*	*-96,3%*	*-502,7*	*-86,6%*
IV.4.1.2 Demais	18.719,3	35.834,9	10.797,7	-25.037,2	-69,9%	-7.921,6	-42,3%
Min. da Saúde	*7.980,3*	*11.913,9*	*4.500,1*	*-7.413,8*	*-62,2%*	*-3.480,1*	*-43,6%*
Min. do Des. Social	*2.978,5*	*3.460,6*	*2.613,2*	*-847,4*	*-24,5%*	*-365,3*	*-12,3%*
Min. da Educação	*3.964,4*	*5.026,3*	*1.721,2*	*-3.305,1*	*-65,8%*	*-2.243,2*	*-56,6%*
Demais	*3.796,1*	*15.434,0*	*1.963,2*	*-13.470,9*	*-87,3%*	*-1.832,9*	*-48,3%*
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	103,0	0,0	-103,0	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	740,7	1.913,0	532,2	-1.380,8	-72,2%	-208,4	-28,1%
Legislativo	*107,9*	*352,2*	*62,4*	*-289,8*	*-82,3%*	*-45,4*	*-42,1%*
Judiciário	*482,5*	*1.077,4*	*365,9*	*-711,5*	*-66,0%*	*-116,6*	*-24,2%*
Demais	*150,3*	*483,4*	*103,9*	*-379,5*	*-78,5%*	*-46,4*	*-30,9%*

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores de jan/17 - IPCA

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/17 Dez/17		Jan/17 Jan/16	
IV. DESPESA TOTAL	**115.040,7**	**154.627,0**	**99.812,0**	**-54.815,0**	**-35,4%**	**-15.228,7**	**-13,2%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	**37.476,7**	**53.885,5**	**40.269,6**	**-13.615,9**	**-25,3%**	**2.792,9**	**7,5%**
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	28.885,4	43.465,4	31.385,4	-12.080,0	-27,8%	2.500,0	8,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*739,0*	*650,7*	*301,6*	*-349,2*	*-53,7%*	*-437,4*	*-59,2%*
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.591,2	10.420,1	8.884,2	-1.535,9	-14,7%	293,0	3,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*221,0*	*157,1*	*85,8*	*-71,2*	*-45,3%*	*-135,2*	*-61,2%*
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	**22.886,2**	**28.596,5**	**24.213,8**	**-4.382,8**	**-15,3%**	**1.327,6**	**5,8%**
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*304,2*	*396,6*	*135,6*	*-261,0*	*-65,8%*	*-168,6*	*-55,4%*
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	**30.239,4**	**23.986,3**	**23.212,5**	**-773,8**	**-3,2%**	**-7.026,9**	**-23,2%**
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	7.044,7	3.534,6	5.693,4	2.158,8	61,1%	-1.351,3	-19,2%
Abono	*3.462,7*	*609,5*	*2.422,7*	*1.813,2*	*297,5%*	*-1.040,0*	*-30,0%*
Seguro Desemprego	*3.582,0*	*2.925,0*	*3.270,7*	*345,7*	*11,8%*	*-311,3*	*-8,7%*
d/q Seguro Defeso	*218,9*	*269,1*	*282,9*	*13,8*	*5,1%*	*64,0*	*29,2%*
IV.3.2 Anistiados	15,8	18,8	12,8	-6,0	-32,0%	-3,0	-19,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	36,0	34,9	0,0	-34,9	-100,0%	-36,0	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	41,5	49,4	44,8	-4,6	-9,3%	3,3	8,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.092,0	4.045,3	4.286,5	241,3	6,0%	194,5	4,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*137,7*	*70,5*	*45,5*	*-25,0*	*-35,4%*	*-92,2*	*-66,9%*
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	495,2	795,3	0,0	-795,3	-100,0%	-495,2	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	944,7	699,9	93,0	-606,9	-86,7%	-851,7	-90,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.119,5	1.117,0	1.069,3	-47,7	-4,3%	-1.050,2	-49,5%
IV.3.10 Convênios	22,3	32,4	8,8	-23,6		-13,5	
IV.3.11 Doações	60,9	44,2	2,4	-41,8	-94,5%	-58,5	-96,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	11,4	129,5	18,4	-111,1	-85,8%	7,0	61,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.624,6	2.065,0	2.615,0	550,0	26,6%	-9,6	-0,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	86,6	126,2	94,6	-31,6	-25,0%	8,0	9,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	179,4	2.120,5	162,5	-1.958,0	-92,3%	-16,9	-9,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	159,7	8.067,3	102,3	-7.965,0	-98,7%	-57,4	-36,0%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	12.201,5	345,5	8.981,0	8.635,5	-	-3.220,4	-26,4%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	11.905,3	345,5	8.907,2	8.561,7	-	-2.998,1	-25,2%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.130,5	22,9	1.078,6	1.055,7	-	-51,9	-4,6%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.890,4	6,1	1.163,0	1.156,9	-	-727,4	-38,5%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	81,9	2,4	35,4	33,0	-	-46,5	-56,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*69,9*	*0,0*	*40,7*	*40,7*	-	*-29,1*	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	*10,0*	*1,5*	*-5,4*	*-6,8*	-	*-15,4*	-
Garantia à Sustentação de Preços	*2,0*	*0,9*	*0,0*	*-0,9*	*-100,0%*	*-2,0*	*-100,0%*
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.951,7	9,8	2.042,3	2.032,5	-	-909,4	-30,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*2.949,9*	*20,9*	*2.029,2*	*2.008,3*	-	*-920,7*	*-31,2%*
Concessão de Financiamento	*1,8*	*-11,1*	*13,1*	*24,2*	-	*11,3*	*641,1%*
Aquisição	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*		*0,0*	
IV.3.20.1.5 Proex	81,1	-28,0	119,1	147,1		38,0	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*66,8*	*39,1*	*47,1*	*8,0*	*20,5%*	*-19,7*	*-29,5%*
Concessão de Financiamento	*14,3*	*-67,1*	*72,0*	*139,1*	-	*57,7*	*402,9%*
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,3	86,8	42,2	-44,5	-51,3%	41,9	-
IV.3.20.1.7 Álcool	29,1	0,0	25,6	25,6	-	-3,4	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	8,2	168,3	-10,5	-178,7	-	-18,6	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	0,0	25,1	12,7	-12,3	-49,2%	12,7	-
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	9,2	9,2	-	9,2	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.368,3	-1,3	4.363,2	4.364,4	-	-1.005,1	-18,7%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,8	0,0	3,2	3,2	-	0,3	12,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	107,9	54,4	0,0	-54,4	-100,0%	-107,9	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	213,0	0,0	0,0	0,0	-	-213,0	-100,0%
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	46,4	0,0	23,1	23,1	-	-23,2	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,3	-0,9	0,0	0,9	-100,0%	6,3	-100,0%
IV.3.20.2 Proagro	295,0	0,0	73,9	73,9	-	-221,1	-74,9%
IV.3.20.3 PNAFE	1,2	0,0	0,0	0,0	723,7%	-1,2	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	23,4	56,9	12,1	-44,7	-78,7%	-11,2	-48,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	80,3	703,7	15,4	-688,3	-97,8%	-64,9	-80,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	**24.438,4**	**48.158,7**	**12.116,2**	**-36.042,6**	**-74,8%**	**-12.322,2**	**-50,4%**
IV.4.1 Discricionárias Executivo	23.658,1	46.238,5	11.583,9	-34.654,5	-74,9%	-12.074,1	-51,0%
IV.4.1.1 PAC	3.936,6	10.164,0	786,2	-9.377,8	-92,3%	-3.150,3	-80,0%
d/q MCMV	*611,7*	*2.118,2*	*77,9*	*-2.040,3*	*-96,3%*	*-533,8*	*-87,3%*
IV.4.1.2 Demais	19.721,5	35.971,1	10.797,7	-25.173,3	-70,0%	-8.923,8	-45,2%
Min. da Saúde	*8.407,5*	*11.959,2*	*4.500,1*	*-7.459,1*	*-62,4%*	*-3.907,4*	*-46,5%*
Min. do Des. Social	*3.138,0*	*3.473,8*	*2.613,2*	*-860,6*	*-24,8%*	*-524,8*	*-16,7%*
Min. da Educação	*4.176,7*	*5.045,4*	*1.721,2*	*-3.324,2*	*-65,9%*	*-2.455,5*	*-58,8%*
Demais	*3.999,3*	*15.492,7*	*1.963,2*	*-13.529,5*	*-87,3%*	*-2.036,1*	*-50,9%*
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	103,4	0,0	-103,4	-100,0%	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	780,3	1.920,3	532,2	-1.388,1	-72,3%	-248,1	-31,8%
Legislativo	*113,6*	*353,5*	*62,4*	*-291,1*	*-82,3%*	*-51,2*	*-45,1%*
Judiciário	*508,3*	*1.081,5*	*365,9*	*-715,6*	*-66,2%*	*-142,4*	*-28,0%*
Demais	*158,3*	*485,3*	*103,9*	*-381,4*	*-78,6%*	*-54,5*	*-34,4%*

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan/17 Jan/16	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	**109.194,4**	**99.812,0**	**-9.382,4**	**-8,6%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	**35.572,1**	**40.269,6**	**4.697,5**	**13,2%**
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	27.417,5	31.385,4	3.967,9	14,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*701,4*	*301,6*	*-399,9*	*-57,0%*
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.154,6	8.884,2	729,6	8,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*209,8*	*85,8*	*-123,9*	*-59,1%*
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	**21.723,2**	**24.213,8**	**2.490,6**	**11,5%**
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*288,7*	*135,6*	*-153,1*	*-53,0%*
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	**28.702,7**	**23.212,5**	**-5.490,2**	**-19,1%**
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	6.686,7	5.693,4	-993,3	-14,9%
Abono	*3.286,7*	*2.422,7*	*-864,1*	*-26,3%*
Seguro Desemprego	*3.400,0*	*3.270,7*	*-129,3*	*-3,8%*
d/q Seguro Defeso	*207,8*	*282,9*	*75,1*	*36,2%*
IV.3.2 Anistiados	15,0	12,8	-2,2	-14,6%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	34,2	0,0	-34,2	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	39,4	44,8	5,4	13,7%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.884,1	4.286,5	402,4	10,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*130,7*	*45,5*	*-85,2*	*-65,2%*
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	470,0	0,0	-470,0	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	896,7	93,0	-803,6	-89,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.011,8	1.069,3	-942,5	-46,8%
IV.3.10 Convênios	21,1	8,8	-12,3	-58,4%
IV.3.11 Doações	57,8	2,4	-55,4	-95,8%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	10,8	18,4	7,6	70,4%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.491,2	2.615,0	123,8	5,0%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	82,2	94,6	12,4	15,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	170,3	162,5	-7,8	-4,6%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	151,6	102,3	-49,3	-32,5%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	11.581,4	8.981,0	-2.600,4	-22,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	11.300,3	8.907,2	-2.393,1	-21,2%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.073,0	1.078,6	5,6	0,5%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.794,3	1.163,0	-631,3	-35,2%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	77,7	35,4	-42,3	-54,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*66,3*	*40,7*	*-25,6*	*-38,5%*
Equalização Aquisições do Governo Federal	*9,5*	*-5,4*	*-14,8*	*-*
Garantia à Sustentação de Preços	*1,9*	*0,0*	*-1,9*	*-100,0%*
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.801,7	2.042,3	-759,4	-27,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*2.800,0*	*2.029,2*	*-770,8*	*-27,5%*
Concessão de Financiamento	*1,7*	*13,1*	*11,4*	*680,8%*
Aquisição	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*-*
IV.3.20.1.5 Proex	77,0	119,1	42,1	54,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*63,4*	*47,1*	*-16,3*	*-25,8%*
Concessão de Financiamento	*13,6*	*72,0*	*58,4*	*429,9%*
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,3	42,2	41,9	-
IV.3.20.1.7 Álcool	27,6	25,6	-2,0	-7,1%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	7,8	-10,5	-18,2	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	0,0	12,7	12,7	-
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	9,2	9,2	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.095,5	4.363,2	-732,3	-14,4%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,7	3,2	0,5	18,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	102,4	0,0	-102,4	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	202,2	0,0	-202,2	-100,0%
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	44,0	23,1	-20,9	-47,4%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,0	0,0	6,0	-100,0%
IV.3.20.2 Proagro	280,0	73,9	-206,1	-73,6%
IV.3.20.3 PNAFE	1,1	0,0	-1,1	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	22,2	12,1	-10,1	-45,3%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	76,2	15,4	-60,8	-79,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	**23.196,5**	**12.116,2**	**-11.080,3**	**-47,8%**
IV.4.1 Discricionárias Executivo	22.455,8	11.583,9	-10.871,9	-48,4%
IV.4.1.1 PAC	3.736,5	786,2	-2.950,3	-79,0%
d/q MCMV	*580,6*	*77,9*	*-502,7*	*-86,6%*
IV.4.1.2 Demais	18.719,3	10.797,7	-7.921,6	-42,3%
Min. da Saúde	*7.980,3*	*4.500,1*	*-3.480,1*	*-43,6%*
Min. do Des. Social	*2.978,5*	*2.613,2*	*-365,3*	*-12,3%*
Min. da Educação	*3.964,4*	*3.964,4*	*0,0*	*0,0%*
Demais	*3.796,1*	*3.796,1*	*0,0*	*0,0%*
IV.4.1.3 Emissões de TDA	1,0	11,0	10,0	1000,0%
IV.4.2 LEJU/MPU	*740,7*	*532,2*	-208,4	-28,1%
Legislativo	*107,9*	*62,4*	*-45,4*	*-42,1%*
Judiciário	*482,5*	*365,9*	*-116,6*	*-24,2%*
Demais	*150,3*	*103,9*	*-46,4*	*-30,9%*

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores de jan/17 - IPCA

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan/17 Jan/16	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	**115.040,7**	**99.812,0**	**-15.228,7**	**-13,2%**
IV.1 Benefícios Previdenciários	**37.476,7**	**40.269,6**	**2.792,9**	**7,5%**
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	28.885,4	31.385,4	2.500,0	8,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*739,0*	*301,6*	*-437,4*	*-59,2%*
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	8.591,2	8.884,2	293,0	3,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*221,0*	*85,8*	*-135,2*	*-61,2%*
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	**22.886,2**	**24.213,8**	**1.327,6**	**5,8%**
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*304,2*	*135,6*	*-168,6*	*-55,4%*
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	**30.239,4**	**23.212,5**	**-7.026,9**	**-23,2%**
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	7.044,7	5.693,4	-1.351,3	-19,2%
Abono	*3.462,7*	*2.422,7*	*-1.040,0*	*-30,0%*
Seguro Desemprego	*3.582,0*	*3.270,7*	*-311,3*	*-8,7%*
d/q Seguro Defeso	*218,9*	*282,9*	*64,0*	*29,2%*
IV.3.2 Anistiados	15,8	12,8	-3,0	-19,0%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	36,0	0,0	-36,0	-100,0%
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	41,5	44,8	3,3	8,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.092,0	4.286,5	194,5	4,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*137,7*	*45,5*	*-92,2*	*-66,9%*
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	495,2	0,0	-495,2	-100,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	944,7	93,0	-851,7	-90,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.119,5	1.069,3	-1.050,2	-49,5%
IV.3.10 Convênios	22,3	8,8	-13,5	-60,5%
IV.3.11 Doações	60,9	2,4	-58,5	-96,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	11,4	18,4	7,0	61,7%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	2.624,6	2.615,0	-9,6	-0,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	86,6	94,6	8,0	9,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	179,4	162,5	-16,9	-9,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	159,7	102,3	-57,4	-36,0%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	12.201,5	8.981,0	-3.220,4	-26,4%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	11.905,3	8.907,2	-2.998,1	-25,2%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.130,5	1.078,6	-51,9	-4,6%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.890,4	1.163,0	-727,4	-38,5%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	81,9	35,4	-46,5	-56,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*69,9*	*40,7*	*-29,1*	*-41,7%*
Equalização Aquisições do Governo Federal	*10,0*	*-5,4*	*-15,4*	-
Garantia à Sustentação de Preços	*2,0*	*0,0*	*-2,0*	*-100,0%*
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.951,7	2.042,3	-909,4	-30,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*2.949,9*	*2.029,2*	*-920,7*	*-31,2%*
Concessão de Financiamento	*1,8*	*13,1*	*11,3*	*641,1%*
Aquisição	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-
IV.3.20.1.5 Proex	81,1	119,1	38,0	46,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	*66,8*	*47,1*	*-19,7*	*-29,5%*
Concessão de Financiamento	*14,3*	*72,0*	*57,7*	*402,9%*
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,3	42,2	41,9	-
IV.3.20.1.7 Álcool	29,1	25,6	-3,4	-11,8%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	8,2	-10,5	-18,6	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	0,0	12,7	12,7	-
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	9,2	9,2	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.368,3	4.363,2	-1.005,1	-18,7%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,8	3,2	0,3	12,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	107,9	0,0	-107,9	-100,0%
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	213,0	0,0	-213,0	-100,0%
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	46,4	23,1	-23,2	-50,1%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,3	0,0	6,3	-100,0%
IV.3.20.2 Proagro	295,0	73,9	-221,1	-74,9%
IV.3.20.3 PNAFE	1,2	0,0	-1,2	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	23,4	12,1	-11,2	-48,1%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	80,3	15,4	-64,9	-80,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	**24.438,4**	**12.116,2**	**-12.322,2**	**-50,4%**
IV.4.1 Discricionárias Executivo	23.658,1	11.583,9	-12.074,1	-51,0%
IV.4.1.1 PAC	3.936,6	786,2	-3.150,3	-80,0%
d/q MCMV	*611,7*	*77,9*	*-533,8*	*-87,3%*
IV.4.1.2 Demais	19.721,5	10.797,7	-8.923,8	-45,2%
Min. da Saúde	*8.407,5*	*4.500,1*	*-3.907,4*	*-46,5%*
Min. do Des. Social	*3.138,0*	*2.613,2*	*-524,8*	*-16,7%*
Min. da Educação	*4.176,7*	*1.721,2*	*-2.455,5*	*-58,8%*
Demais	*3.999,3*	*1.963,2*	*-2.036,1*	*-50,9%*
IV.4.1.3 Emissões de TDA	0,0	0,0	0,0	-
IV.4.2 LEJU/MPU	*780,3*	*532,2*	-248,1	-31,8%
Legislativo	*113,6*	*62,4*	*-51,2*	*-45,1%*
Judiciário	*508,3*	*365,9*	*-142,4*	*-28,0%*
Demais	*158,3*	*103,9*	*-54,5*	*-34,4%*

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	Jan/2016						Jan/2017					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]			Dotação autorizada no ano [4/]	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total
INVESTIMENTO TOTAL	**61.469,7**	**835,3**	**641,8**	**628,9**	**4.858,4**	**5.487,3**	**67.693,2**	**231,0**	**26,0**	**15,5**	**1.183,1**	**1.198,6**
Câmara dos Deputados	75,6	1,9	0,0	0,0	1,7	1,7	130,3	1,0	0,0	0,0	0,9	0,9
Senado Federal	43,3	3,5	0,0	0,0	1,3	1,3	30,1	1,1	0,0	0,0	0,4	0,4
Tribunal de Contas da União	92,3	7,0	0,0	0,0	7,3	7,3	61,6	5,0	0,0	0,0	5,7	5,7
Supremo Tribunal Federal	16,6	0,1	0,0	0,0	1,6	1,6	26,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3
Superior Tribunal de Justiça	17,2	0,1	0,0	0,0	3,4	3,4	30,2	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8
Justiça Federal	217,4	4,3	0,0	0,0	9,7	9,7	394,9	13,5	0,6	0,6	3,0	3,6
Justiça Militar	3,5	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	6,9	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2
Justiça Eleitoral	137,6	0,2	0,0	0,0	16,3	16,3	505,1	4,3	0,0	0,0	7,5	7,5
Justiça do Trabalho	171,3	3,3	0,2	0,2	15,9	16,1	612,8	38,2	0,0	0,0	8,7	8,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	76,2	0,5	0,0	0,0	12,7	12,7	127,7	0,4	0,0	0,0	1,1	1,1
Conselho Nacional de Justiça	75,0	0,1	0,0	0,0	2,3	2,3	46,0	0,1	0,0	0,0	0,8	0,8
Presidência da República [5/]	3.534,0	0,6	0,0	0,0	231,7	231,7	1.225,3	0,7	0,0	0,0	6,4	6,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	416,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	1.260,8	0,1	0,0	0,0	1,6	1,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	912,1	0,0	0,0	0,0	25,1	25,1	1.160,2	0,0	0,0	0,0	16,2	16,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	658,7	78,8	6,2	0,5	82,0	82,5	1.313,0	25,1	11,1	2,7	33,0	35,7
Ministério da Fazenda	1.527,3	610,4	610,1	610,1	31,6	641,7	1.939,4	5,9	0,8	0,8	16,0	16,8
Ministério da Educação	6.702,1	31,0	5,6	0,5	885,4	885,9	6.692,6	7,3	1,4	0,3	168,7	169,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	255,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	82,5	1,6	0,0	0,0	0,3	0,3
Defensoria Pública da União	21,5	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	30,3	1,2	0,0	0,0	0,5	0,5
Ministério da Justiça	1.093,1	15,9	0,0	0,0	111,1	111,1	1.336,7	0,2	0,0	0,0	59,3	59,3
Ministério de Minas e Energia	6.032,6	0,1	0,0	0,0	4,7	4,7	71,2	0,2	0,0	0,0	0,7	0,7
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	193,9	0,1	0,0	0,0	10,8	10,8	260,7	0,0	0,0	0,0	3,6	3,6
Ministério das Relações Exteriores	29,2	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	28,7	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6
Ministério da Saúde	6.861,5	71,9	19,7	17,6	208,7	226,3	7.278,6	36,6	12,0	11,0	67,8	78,7
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,9	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1
Ministério dos Transportes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Trabalho e Previdência Social	8.463,8	0,1	0,0	0,0	1.380,0	1.380,0	14.522,5	0,1	0,0	0,0	348,9	348,9
Ministério das Comunicações	167,4	0,0	0,0	0,0	2,2	2,2	99,4	0,1	0,0	0,0	1,1	1,1
Ministério da Cultura	554,1	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Meio Ambiente	204,9	0,0	0,0	0,0	11,8	11,8	382,0	0,7	0,0	0,0	3,5	3,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	160,4	0,1	0,0	0,0	4,1	4,1	599,1	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0
Ministério do Esporte	1.320,3	0,0	0,0	0,0	31,9	31,9	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7
Ministério da Defesa	825,9	0,0	0,0	0,0	130,4	130,4	775,7	0,0	0,0	0,0	22,9	22,9
Ministério da Integração Nacional	7.923,7	1,1	0,0	0,0	596,6	596,6	9.987,4	58,5	0,0	0,0	174,8	174,8
Ministério do Turismo	3.949,5	0,0	0,0	0,0	139,5	139,5	5.415,1	28,8	0,0	0,0	87,9	87,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	514,9	0,3	0,0	0,0	19,8	19,8	488,7	0,0	0,0	0,0	14,2	14,2
Ministério das Cidades	274,0	0,0	0,0	0,0	72,6	72,6	406,3	0,0	0,0	0,0	1,8	1,8
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	7.821,7	3,8	0,0	0,0	798,1	798,1	10.324,9	0,0	0,0	0,0	104,5	104,5
Ministério da Pesca e Agricultura	97,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Advocacia Geral da União	0,7	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	4,8	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central 1/ - Brasil - Mensal
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/17 Dez/17		Jan/17 Jan/16	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**9.483,9**	**169.821,9**	**129.085,0**	**-40.736,9**	**-94,4%**	**119.601,1**	**-**
Emissão de Títulos	0,0	160.142,1	119.111,3	-41.030,8	-25,6%	119.111,3	-
Remuneração das Disponibilidades	8.399,9	8.829,5	8.639,6	-189,9	-2,2%	239,7	2,9%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.084,0	850,3	1.334,1	483,8	56,9%	250,0	23,1%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	**76.000,0**	**0,0**	**84.500,0**	**84.500,0**	**-**	**8.500,0**	**11,2%**
Resgate de Títulos	56.500,0	0,0	81.000,0	81.000,0	-	24.500,0	43,4%
Encargos da DPMF	19.500,0	0,0	3.500,0	3.500,0	-	-16.000,0	-82,1%
3. RESULTADO (1 - 2)	**-66.516,1**	**169.821,9**	**44.585,0**	**-125.236,9**	**-73,7%**	**111.101,1**	**-**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan-Jan/17 Jan-Jan/16	Variação (%)
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**9.483,9**	**129.085,0**	**119.601,1**	**1261,1%**
Emissão de Títulos	0,0	119.111,3	119.111,3	-
Remuneração das Disponibilidades	8.399,9	8.639,6	239,7	2,9%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.084,0	1.334,1	250,0	23,1%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	**76.000,0**	**84.500,0**	**8.500,0**	**11,2%**
Resgate de Títulos	56.500,0	81.000,0	24.500,0	43,4%
Encargos da DPMF	19.500,0	3.500,0	-16.000,0	-82,1%
3. RESULTADO (1 - 2)	**-66.516,1**	**44.585,0**	**111.101,1**	**-167,0%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/17 Dez/17		Jan/17 Jan/16	
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.327.937,1	1.826.892,4	1.954.818,9	127.926,4	7,0%	626.881,7	47,2%
Dívida Interna	3.845.973,7	4.484.120,7	4.480.538,8	-3.581,9	-0,1%	634.565,1	16,5%
DPMFi em Poder do Público [1/]	***2.606.980,2***	***2.986.414,5***	***2.938.554,6***	***-47.859,9***	***-1,6%***	***331.574,4***	***12,7%***
LFT	671.483,8	868.480,4	895.301,0	26.820,5	3,1%	223.817,2	33,3%
LTN	667.664,6	718.196,1	697.898,1	-20.298,0	-2,8%	30.233,5	4,5%
NTN-B	826.914,5	880.373,4	899.890,2	19.516,8	2,2%	72.975,7	8,8%
NTN-C	79.039,3	86.621,7	85.175,6	-1.446,1	-1,7%	6.136,3	7,8%
NTN-F	314.199,9	383.167,2	310.488,4	-72.678,8	-19,0%	-3.711,5	-1,2%
Dívida Securitizada	7.591,2	8.390,9	8.114,8	-276,1	-3,3%	523,6	6,9%
Demais Títulos em Poder do Público	40.086,9	41.184,9	41.686,6	501,7	1,2%	1.599,7	4,0%
DPMFi em Poder do Banco Central	***1.266.256,9***	***1.522.847,9***	***1.572.321,4***	***49.473,5***	***3,2%***	***306.064,6***	***24,2%***
LFT	236.303,8	384.862,1	461.059,4	76.197,3	19,8%	224.755,6	95,1%
LTN	387.228,4	399.851,8	375.272,9	-24.578,9	-6,1%	-11.955,5	-3,1%
Demais Títulos na Carteira do BCB	642.724,6	738.134,1	735.989,1	-2.144,9	-0,3%	93.264,5	14,5%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	***-35.580,2***	***-33.089,4***	***-38.256,0***	***-5.166,6***	***15,6%***	***-2.675,8***	***7,5%***
Demais Obrigações Internas	***8.316,8***	***7.947,7***	***7.918,7***	***-28,9***	***-0,4%***	***-398,1***	***-4,8%***
Haveres Internos	2.518.036,6	2.657.228,2	2.525.719,9	-131.508,3	-4,9%	7.683,3	0,3%
Disponibilidades Internas	***775.946,1***	***1.042.392,7***	***914.853,5***	***-127.539,2***	***-12,2%***	***138.907,4***	***17,9%***
Haveres junto aos Governos Regionais	***589.551,1***	***556.207,0***	***560.131,1***	***3.924,2***	***0,7%***	***-29.420,0***	***-5,0%***
Bônus Renegociados	6.396,4	5.057,5	4.829,7	-227,8	-4,5%	-1.566,8	-24,5%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	715,9	621,9	335,8	-286,1	-46,0%	-380,1	-53,1%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	13.364,5	15.294,4	15.458,7	164,3	1,1%	2.094,2	15,7%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	11.930,0	11.347,2	11.297,4	-49,8	-0,4%	-632,6	-5,3%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	464.912,5	488.084,0	492.432,4	4.348,4	0,9%	27.519,9	5,9%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	87.722,8	32.329,9	32.428,6	98,7	0,3%	-55.294,2	-63,0%
Antecipação de Royalties	4.284,5	3.404,2	3.283,2	-121,0	-3,6%	-1.001,3	-23,4%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	224,5	67,9	65,4	-2,5	-3,7%	-159,1	-70,9%
Haveres da Administração Indireta	***434.734,2***	***478.939,7***	***469.913,7***	***-9.026,1***	***-1,9%***	***35.179,4***	***8,1%***
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	217.720,9	233.501,6	228.486,6	-5.015,0	-2,1%	10.765,6	4,9%
Fundos Constitucionais Regionais	104.289,4	115.854,4	116.935,0	1.080,6	0,9%	12.645,6	12,1%
Fundos Diversos	112.723,9	129.583,7	124.492,1	-5.091,7	-3,9%	11.768,2	10,4%
Haveres Administrados pela STN	***717.805,1***	***579.688,9***	***580.821,6***	***1.132,8***	***0,2%***	***-136.983,5***	***-19,1%***
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.902,4	200,8	200,8	0,1	0,0%	-5.701,5	-96,6%
Haveres de Operações Estruturadas	81.789,1	22.905,7	21.845,6	-1.060,1	-4,6%	-59.943,4	-73,3%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	601.386,8	532.348,2	534.634,9	2.286,7	0,4%	-66.751,9	-11,1%
Demais Haveres Administrados pela STN	28.726,9	24.234,1	24.140,3	-93,9	-0,4%	-4.586,7	-16,0%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	142.024,5	125.478,8	113.818,0	-11.660,8	-9,3%	-28.206,5	-19,9%
Dívida Externa	142.902,0	126.521,0	114.798,7	-11.722,3	-9,3%	-28.103,3	-19,7%
Dívida Mobiliária	***129.467,3***	***116.563,1***	***104.259,8***	***-12.303,3***	***-10,6%***	***-25.207,6***	***-19,5%***
Euro	5.918,2	4.626,6	4.560,8	-65,8	-1,4%	-1.357,4	-22,9%
Global US$	113.143,6	101.109,0	89.303,7	-11.805,3	-11,7%	-23.839,9	-21,1%
Global BRL	10.405,5	10.827,6	10.395,3	-432,3	-4,0%	-10,3	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Dívida Contratual	***13.434,7***	***9.957,9***	***10.538,9***	***581,0***	***5,8%***	***-2.895,7***	***-21,6%***
Organismos Multilaterais	4.999,9	3.793,5	3.509,7	-283,8	-7,5%	-1.490,2	-29,8%
Credores Privados e Ag. Governamentais	8.434,7	6.164,4	7.029,2	864,8	14,0%	-1.405,5	-16,7%
Haveres Externos	877,5	1.042,2	980,7	-61,5	-5,9%	103,2	11,8%
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	***877,5***	***1.042,2***	***980,7***	***-61,5***	***-5,9%***	***103,2***	***11,8%***
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	1.469.961,7	1.952.371,2	2.068.636,9	116.265,7	6,0%	598.675,2	40,7%
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [2/]	24,9%	31,0%	32,8%	1,8%	5,8%	7,92%	31,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2016	2016/2017		Diferença Jan/17 Dez/17	Variação (%) Jan/17 Dez/17	Diferença Jan/17 Jan/16	Variação (%) Jan/17 Jan/16
	Janeiro	Dezembro	Janeiro				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**92.977,7**	**74.145,8**	**97.688,2**	**23.542,4**	**31,8%**	**4.710,5**	**5,1%**
I.1.1 Imposto de Importação	2.976,7	2.557,6	2.687,2	***129,6***	***5,1%***	***-289,5***	***-9,7%***
I.1.2 IPI	4.115,1	4.469,2	3.804,8	-664,5	-14,9%	-310,3	-7,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	756,5	728,0	208,1	-519,9	-71,4%	-548,4	-72,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	171,6	309,9	302,1	-7,8	-2,5%	130,5	76,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	338,2	304,9	373,4	68,5	22,4%	35,2	10,4%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.153,6	1.165,9	1.102,1	-63,8	-5,5%	-51,5	-4,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.695,2	1.960,5	1.819,1	-141,4	-7,2%	123,8	7,3%
I.1.3 Imposto de Renda	43.391,9	35.152,0	47.146,9	11.995,0	34,1%	3.755,1	8,7%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.979,1	1.497,2	2.596,6	1.099,4	73,4%	617,5	31,2%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	21.871,8	6.779,6	22.929,1	16.149,4	238,2%	1.057,3	4,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	19.541,0	26.875,2	21.621,3	-5.253,8	-19,5%	2.080,3	10,6%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	10.734,8	9.518,6	12.016,7	2.498,1	26,2%	1.281,9	11,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	4.955,9	13.153,7	5.395,0	-7.758,7	-59,0%	439,0	8,9%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.655,7	3.239,9	3.133,8	-106,1	-3,3%	478,0	18,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.194,5	963,0	1.075,8	112,9	11,7%	-118,7	-9,9%
I.1.4 IOF	3.122,0	3.133,8	2.990,3	-143,5	-4,6%	-131,7	-4,2%
I.1.5 COFINS	19.321,0	17.719,4	19.076,5	1.357,1	7,7%	-244,5	-1,3%
I.1.6 PIS/PASEP	5.200,5	4.680,4	5.286,1	605,8	12,9%	85,6	1,6%
I.1.7 CSLL	12.385,7	4.083,5	14.449,2	10.365,7	253,8%	2.063,5	16,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	503,0	503,5	499,5	-4,0	-0,8%	-3,5	-0,7%
I.1.10 Outras	1.961,7	1.846,4	1.747,6	-98,8	-5,4%	-214,1	-10,9%

Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB ˜ Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença Jan/16 Jan/15	Variação (%)
I.1 - Receita Administrada pela RFB	**92.977,7**	**97.688,2**	**4.710,5**	**5,1%**
I.1.1 Imposto de Importação	2.976,7	2.687,2	-289,5	-9,7%
I.1.2 IPI	4.115,1	3.804,8	-310,3	-7,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	756,5	208,1	-548,4	-72,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	171,6	302,1	130,5	76,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	338,2	373,4	35,2	10,4%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.153,6	1.102,1	-51,5	-4,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.695,2	1.819,1	123,8	7,3%
I.1.3 Imposto de Renda	43.391,9	47.146,9	3.755,1	8,7%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.979,1	2.596,6	617,5	31,2%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	21.871,8	22.929,1	1.057,3	4,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	19.541,0	21.621,3	2.080,3	10,6%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	10.734,8	12.016,7	1.281,9	11,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	4.955,9	5.395,0	439,0	8,9%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.655,7	3.133,8	478,0	18,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.194,5	1.075,8	-118,7	-9,9%
I.1.4 IOF	3.122,0	2.990,3	-131,7	-4,2%
I.1.5 COFINS	19.321,0	19.076,5	-244,5	-1,3%
I.1.6 PIS/PASEP	5.200,5	5.286,1	85,6	1,6%
I.1.7 CSLL	12.385,7	14.449,2	2.063,5	16,7%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	503,0	499,5	-3,5	-0,7%
I.1.10 Outras	1.961,7	1.747,6	-214,1	-10,9%

Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" [1/] - Brasil - Anual
R$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença jan/17 jan/16	Variação (%)
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**16.980,0**	**17.526,1**	**546,0**	**3,2%**
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.327,2	15.252,6	925,4	6,5%
I.2 Fundos Constitucionais	414,2	-204,5	-618,7	-
I.2.1 Repasse Total	757,1	175,8	-581,3	-76,8%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-342,9	-380,3	-37,4	10,9%
I.3 Contribuição do Salário Educação	907,7	934,2	26,6	2,9%
I.4 Compensações Financeiras	910,2	1.025,8	115,6	12,7%
I.5 CIDE - Combustíveis	321,8	433,5	111,6	34,7%
I.6 Demais	98,9	84,4	-14,5	-14,7%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	22,0	9,4	-12,6	-57,5%
I.6.3 IOF Ouro	3,7	1,7	-2,0	-53,9%
I.6.4 ITR	73,2	73,3	0,1	0,1%
II. DESPESA TOTAL	**103.664,5**	**98.710,0**	**-4.954,6**	**-4,8%**
II.1 Benefícios Previdenciários	**35.557,7**	**40.943,0**	**5.385,4**	**15,1%**
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	26.715,1	31.672,6	4.957,5	18,6%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	7.945,1	8.881,1	936,0	11,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	897,5	389,3	-508,2	-56,6%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	**19.985,2**	**21.653,5**	**1.668,4**	**8,3%**
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	**29.387,4**	**23.831,0**	**-5.556,4**	**-18,9%**
II.3.1 Abono e seguro desemprego	6.686,7	5.692,6	-994,1	-14,9%
II.3.2 Anistiados	13,6	15,7	2,0	14,9%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	34,2	0,0	-34,2	-100,0%
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	40,0	41,3	1,3	3,3%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	3.884,1	4.329,9	445,9	11,5%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	470,0	0,0	-470,0	-100,0%
II.3.8 Créditos Extraordinários	891,8	151,2	-740,6	-83,0%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.011,8	1.069,3	-942,5	-46,8%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	12,6	20,4	7,8	61,8%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	10,8	18,4	7,6	70,4%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	2.491,2	2.615,0	123,8	5,0%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	77,4	90,3	12,9	16,7%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	773,1	518,1	-255,0	-33,0%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	162,5	0,0	0,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	151,6	101,2	-50,4	-33,2%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	11.581,4	8.978,6	-2.602,8	-22,5%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	1.073,0	1.078,6	5,6	0,5%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.794,3	1.163,0	-631,3	-35,2%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	66,3	40,7	-25,6	-38,5%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	9,5	-5,4	-14,8	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	1,9	0,0	-1,9	-100,0%
II.3.19.6 Pronaf	2.801,7	2.042,3	-759,4	-27,1%
II.3.19.7 Proex	77,0	119,1	42,1	54,7%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,3	42,2	41,9	-
II.3.19.9 Álcool	27,6	25,6	-2,0	-7,1%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	7,8	-10,5	-18,2	-
II.3.19.11 Funcafé	0,0	13,8	13,8	-
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	5,8	5,8	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	5.095,5	4.363,2	-732,3	-14,4%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	2,7	3,2	0,5	18,1%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	102,4	0,0	-102,4	-100,0%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	202,2	0,0	-202,2	-100,0%
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	44,0	23,1	-20,9	-47,4%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,0	0,0	6,0	-100,0%
II.3.19.19 Proagro	280,0	73,9	-206,1	-73,6%
II.3.19.20 PNAFE	1,1	0,0	-1,1	-
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	18,4	11,0	-7,4	-40,2%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	76,2	15,4	-60,8	-79,8%
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	**18.734,4**	**12.282,4**	**-6.451,9**	**-34,4%**
Memorando:				
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	**120.644,5**	**116.236,0**	**-4.408,5**	**-3,7%**
IV. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	**21.160,2**	**21.585,9**	**425,7**	**2,0%**
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	20.058,5	21.414,2	1.355,7	6,8%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.327,2	15.252,6	925,4	6,5%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	907,7	934,2	26,6	2,9%
IV.1.3 Compensações Financeiras	910,2	1.025,8	115,6	12,7%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	321,8	433,5	111,6	34,7%
IV.1.5 Demais	3.591,6	3.768,0	176,4	4,9%
IOF Ouro	3,7	1,7	-2,0	-53,9%
ITR	73,2	73,3	0,1	0,1%
FUNDEB (Complem. União)	2.491,2	2.615,0	123,8	5,0%
Fundo Constitucional DF - FCDF	1.023,5	1.078,0	54,6	5,3%
FCDF - OCC	77,4	90,3	12,9	16,7%
FCDF - Pessoal	946,1	987,7	41,7	4,4%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	891,8	151,2	-740,6	-83,0%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	0,6	13,6	13,1	-
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	0,6	12,6	12,0	-
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,0	1,0	1,0	-
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	209,3	6,8	-202,5	-96,7%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	**99.484,3**	**94.650,1**	**-4.834,2**	**-4,9%**

Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago"[1/] - Brasil - Anual
R$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2016 Janeiro	2017 Janeiro	Diferença jan/17 jan/16	Variação (%)
I. DESPESA TOTAL	**120.644,5**	**116.236,0**	**-4.408,5**	**-3,7%**
I.1 Poder Executivo	**115.857,7**	**111.305,1**	**-4.552,6**	**-3,9%**
I.2 Poder Legislativo	**806,1**	**899,9**	**93,8**	**11,6%**
I.2.1 Câmara dos Deputados	373,5	430,1	56,6	15,2%
I.2.2 Senado Federal	288,2	309,9	21,7	7,5%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	144,4	159,9	15,5	10,7%
I.3 Poder Judiciário	**3.390,3**	**3.419,5**	**29,2**	**0,9%**
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	50,2	48,3	-2,0	-3,9%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	109,5	109,0	-0,6	-0,5%
I.3.3 Justiça Federal	955,6	984,3	28,7	3,0%
I.3.4 Justiça Militar da União	34,0	32,8	-1,2	-3,4%
I.3.5 Justiça Eleitoral	542,5	547,2	4,6	0,9%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.445,7	1.458,8	13,1	0,9%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	242,6	230,0	-12,6	-5,2%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,2	9,2	-1,0	-9,7%
I.4. Defensoria Pública da União	**43,5**	**50,3**	**6,8**	**15,5%**
I.5 Ministério Público da União	**546,9**	**561,2**	**14,3**	**2,6%**
I.5.1 Ministério Público da União	540,6	556,4	15,8	2,9%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	6,3	4,8	-1,5	-24,1%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	**99.484,3**	**94.650,1**	**-4.834,2**	**-4,9%**
II.1 Poder Executivo	**94.722,2**	**89.747,2**	**-4.974,9**	**-5,3%**
II.2 Poder Legislativo	**805,2**	**894,7**	**89,5**	**11,1%**
II.2.1 Câmara dos Deputados	372,7	425,0	52,2	14,0%
II.2.2 Senado Federal	288,2	309,9	21,7	7,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	144,3	159,9	15,6	10,8%
II.3 Poder Judiciário	**3.366,5**	**3.396,7**	**30,2**	**0,9%**
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	50,2	48,3	-1,9	-3,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	109,5	108,9	-0,6	-0,6%
II.3.3 Justiça Federal	947,9	982,8	34,9	3,7%
II.3.4 Justiça Militar da União	34,0	32,8	-1,2	-3,4%
II.3.5 Justiça Eleitoral	542,0	532,9	-9,0	-1,7%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.430,5	1.452,0	21,5	1,5%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	242,4	229,8	-12,5	-5,2%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,2	9,2	-1,0	-9,7%
II.4. Defensoria Pública da União	**43,5**	**50,3**	**6,8**	**15,5%**
II.5 Ministério Público da União	**546,9**	**561,2**	**14,3**	**2,6%**
II.5.1 Ministério Público da União	540,6	556,4	15,8	2,9%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	6,3	4,8	-1,5	-24,1%

Boletim

FPM / FPE / IPI - Exportação

Em janeiro de 2017 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -53,5% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R$ 11,9 bilhões, ante R$ 25,6 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais, e em 2-Liberações clique no link "Banco do Brasil".

Distribuição do FPM/FPE

R$ Milhões

Origens	2016			2017			Variação Nominal		
	Dezembro/15	Janeiro	Até Janeiro	Dezembro/16	Janeiro	Até Janeiro	Jan/17 Dez/16	Jan/17 Jan/16	Até Jan/17 Jan/16
FPM	9.464,6	5.678,5	5.678,5	15.083,6	6.094,9	6.094,9	-59,6%	7,3%	7,3%
FPE	5.694,6	5.426,1	5.426,1	10.550,4	5.823,3	5.823,3	-44,8%	7,3%	7,3%
IPI - Exp	325,2	357,3	357,3	330,0	283,9	283,9	-14,0%	-20,5%	-20,5%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Obs 2.:Na variação do FPM de janeiro sobre o mês anterior, foram considerados para o mês de dezembro o repasse ordinário somado ao 1% anual (EC55/2007) e os créditos referentes ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), decorrente da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

.

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Janeiro	-16,7%	-10,7%	-16,7%	-10,7%	5,8%	-14,0%

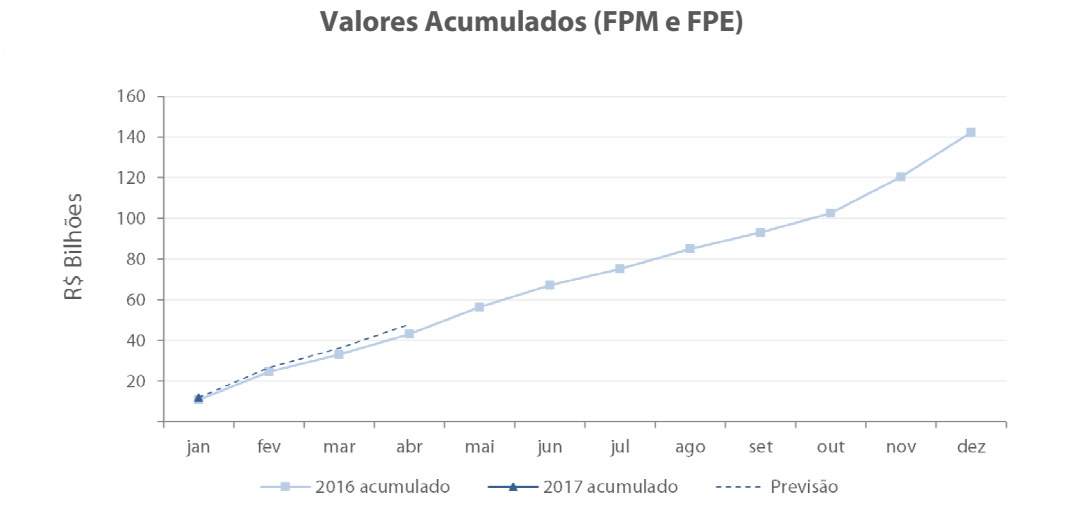
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior .
Obs. 2: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1% nem os créditos referentes ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), decorrente da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

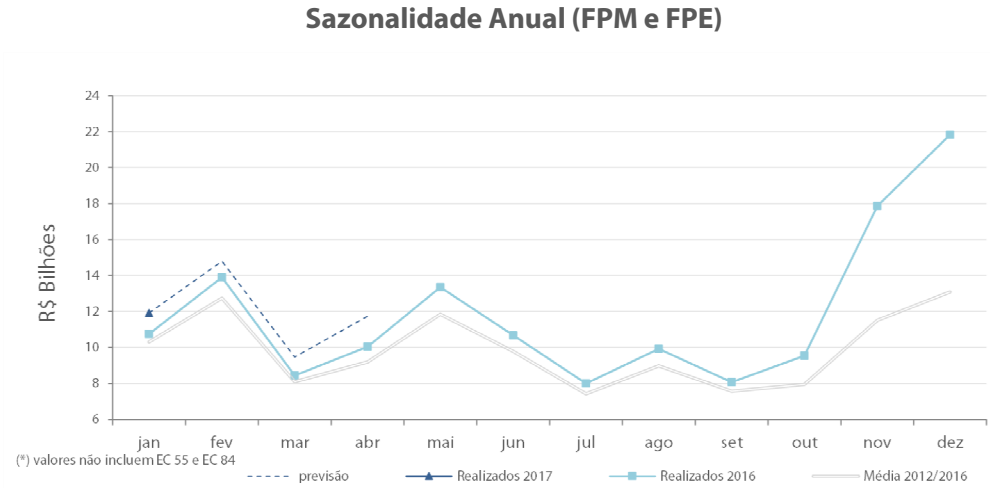
Estimativa Trimestral

FUNDOS	Fevereiro	Março	Abril
FPM	6,4%	12,1%	17,0%
FPE	6,4%	12,1%	17,0%
IPI - EXP	16,9%	16,1%	22,2%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior .

Gráficos





Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2016 a 20/01/2017, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
DEZ/3º DEC	2.481,5	10.680,1	13.161,6	JAN/1º DEC	2.263,1	2.369,1	198,5	4.830,7
JAN/1º DEC	605,0	5.201,9	5.806,9	JAN/2ª DEC	998,8	1.045,2	48,4	2.092,4
JAN/2ª DEC	461,8	14.430,3	14.892,1	JAN/3º DEC	2.561,4	2.680,6	36,9	5.279,0
TOTAL	3.548,3	30.312,3	33.860,6	**TOTAL**	5.823,3	6.094,9	283,9	12.202,1

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.
- Para o cálculo do FPE, foi descontado o valor de R$ 4.008.062,24 da arrecadação do Imposto de Renda acima, referente a um ajuste no Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, estabelecido pela Lei n° 13.254, de 13 de janeiro de 2016, ocorrido no 2º decêndio de dezembro de 2016.

Distribuição de Fundos

R$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	30.605,3	199.216,0	24,6
Alagoas	AL	145.580,6	242.256,3	735,5
Amazonas	AM	93.847,5	162.494,1	1.990,7
Amapá	AP	24.086,0	198.691,9	478,1
Bahia	BA	568.187,0	547.171,5	14.608,7
Ceará	CE	303.112,6	427.251,7	1.992,1
Distrito Federal	DF	10.472,3	40.192,6	516,5
Espírito Santo	ES	107.272,9	87.349,9	13.611,7
Goiás	GO	223.674,8	165.563,0	7.645,0
Maranhão	MA	253.404,2	420.339,4	3.915,1
Minas Gerais	MG	800.532,5	259.400,1	34.374,7
Mato Grosso do Sul	MS	89.474,6	77.566,7	5.593,4
Mato Grosso	MT	111.287,5	134.396,6	4.917,2
Pará	PA	214.241,6	355.921,8	15.164,1
Paraíba	PB	191.458,9	278.873,3	298,0
Pernambuco	PE	300.042,2	401.821,3	3.080,4
Piauí	PI	162.073,7	251.649,3	73,2
Paraná	PR	411.861,5	167.898,2	26.941,9
Rio de Janeiro	RJ	179.466,8	88.963,0	42.428,1
Rio Grande do Norte	RN	151.094,4	243.292,8	358,7
Rondônia	RO	53.966,7	163.961,6	1.170,5
Roraima	RR	30.662,2	144.459,3	4,2
Rio Grande do Sul	RS	412.393,2	137.127,7	29.257,8
Santa Catarina	SC	237.842,0	74.526,9	17.410,0
Sergipe	SE	88.860,9	241.976,7	141,1
São Paulo	SP	812.576,9	58.233,3	56.772,1
Tocantins	TO	86.823,0	252.732,4	357,2
TOTAL		**6.094.901,8**	**5.823.327,8**	**283.860,6**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 25 de novembro de 2016, foi publicada a Portaria STN nº 727, de 24 de novembro de 2016, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2017, disponível no endereço: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED
Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588
Ou ligue (61) 3482-6060 para consultar os fatores de multiplicação para o mês de referência
Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br